

Conselho Pedagógico

Ata nº 46

Aos dias vinte e nove do mês de janeiro de dois mil e dezanove, reuniu-se o Conselho Pedagógico da Escola Superior de Comunicação Social, na sala 4G4 às 17.00.

A reunião foi convocada pela Presidente do Conselho Pedagógico com a seguinte ordem de trabalhos:

1. Informações
2. Regulamento de Frequência e Avaliação 2º ciclo
3. Relatório da Qualidade 2017-18 – componente Ensino e Aprendizagem
4. Balanço do 1º semestre (2018-19)
5. Assuntos supervenientes

À reunião estiveram presentes: Ana Raposo; Catarina Afonso; Daniela Nascimento; Fernanda Bonacho; Fernanda Farias; Filipe Montargil; Gonçalo Taborda; Guilherme Carvalho; Helena Pina; Igor Nascimento; João Ferreira; Luís Guilherme Freitas; Madalena Pinheiro; Maria João Centeno; Mariana Lopes; Paula Nobre; Ricardo Pereira Rodrigues; Rosário Correia; Sofia Nunes; Vanda Sousa e Zélia Santos.

Não estiveram presentes: Carlos Andrade e Filipa Subtil, que justificaram a sua ausência; Bárbara Vieira, que não justificou a sua ausência.

Ponto 1

Informações

A Presidente começou por dar as boas vindas aos novos conselheiros, representantes do corpo discente, e fez votos de um ótimo mandato.

Informou o conselho sobre a eleição, em finais de 2018, do novo Provedor do Estudante do IPL, o Prof. Doutor Trindade Nunes, cujos contactos estão disponíveis no site do IPL na área dos alunos. O Politécnico de Lisboa criou um grupo de trabalho para estudar as questões relacionadas com o abandono escolar. O membro da ESCS que integra este grupo é a Prof. Doutora Sandra Miranda. Mais informou que, em princípio, no início do 2º semestre, o bar da escola vai passar a funcionar no 3º piso e o Espaço Comida de Casa passa para o piso -1.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, informou o conselho que o IPL promove mais uma edição do Prémio Literário “Belas Letras”, iniciativa aberta a todos os estudantes da comunidade académica IPL, que podem apresentar textos inéditos nas categorias de prosa e poesia até ao final de fevereiro de 2019.

Ponto 2

Regulamento de Frequência e Avaliação 2º ciclo

A Presidente apresentou uma proposta de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo (anexo 1), motivada pelo Decreto-Lei nº 65/2018 em que a entrega de dissertações, trabalhos de projetos e relatórios deve passar a ser realizada exclusivamente em formato digital. Para dar resposta a este e outros assuntos considerados necessários, a Comissão Coordenadora de Mestrados (CCM) procedeu à proposta de alteração do regulamento.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, questionou se a proposta já tinha sido alvo de discussão em reunião do Conselho Técnico Científico, por considerar que algumas das alterações propostas não são propriamente questões pedagógicas mas antes de natureza científica.

A Presidente esclareceu que a CCM é uma comissão especializada constituída por deliberação do plenário do Conselho Técnico Científico e que compete ao Conselho Pedagógico, atendendo aos Estatutos da ESCS, aprovar as propostas de alteração aos regulamentos de frequência e avaliação.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, manifestou o seu desacordo com o facto de o coorientador não integrar o júri das provas públicas de mestrado.

O conselheiro Filipe Montargil, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que, nestes casos, no mestrado em Audiovisual e Multimédia, o orientador contacta habitualmente o coorientador, antes da realização da prova pública, de forma a poder contar previamente com a sua opinião e avaliação sobre o trabalho desenvolvido.

A proposta de alteração ao Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo foi colocada a votação e aprovada por maioria com quatro abstenções.

Ponto 3

Relatório da Qualidade 2017-18 – componente Ensino e Aprendizagem

A Presidente começou por referir que o documento disponibilizado relativo à proposta da componente de Ensino e Aprendizagem do Relatório da Qualidade do ano letivo 2017-2018 (anexo 2) apresenta o índice mais alargado do que a parte que é alvo de discussão neste órgão. O índice diz respeito ao relatório final da escola; ao Conselho Pedagógico compete discutir e aprovar a componente de Ensino e Aprendizagem. Esta parte do relatório resulta de vários procedimentos, nomeadamente questionários semestrais aos alunos sobre o funcionamento das UC, sendo que o

questionário do 2º semestre avalia também a escola e os cursos, questionários aos docentes em que avaliam a escola e o curso, as reuniões das Comissões Pedagógicas dos cursos onde é desenvolvida uma avaliação qualitativa, questionários aos colaboradores não docentes, aos diplomados, empregadores e novos alunos.

A Presidente referiu ainda que os coordenadores de curso já tinham aprovado o documento em reunião do Conselho Consultivo da Qualidade.

O conselheiro Gonçalo Taborda, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, questionou o conselho sobre se haveria algum plano para aumentar a adesão dos alunos ao preenchimento dos questionários.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo docente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que os questionários de 1º semestre são respondidos em sala de aula no início do 2º semestre, com a colaboração de alguns docentes que disponibilizam uma parte das suas aulas para que os alunos os possam preencher nessa altura. Mas o mesmo não é possível em relação aos de 2º semestre que são respondidos durante os meses de verão. Questionou os conselheiros se têm sugestões para tentar resolver esta questão.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, considera que a obrigatoriedade de responder ao questionário, nomeadamente só tendo acesso a notas finais após esse preenchimento, pode ser o caminho para que estas questões da qualidade sejam levadas a sério.

A conselheira Mariana Lopes, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, sugeriu que o Portal Académico informasse os alunos sobre a necessidade de responder aos questionários, à semelhança do que acontece relativamente à necessidade de proceder ao pagamento das propinas. Acrescentou que é fundamental que os alunos sejam sensibilizados para a importância da sua participação em todo este processo.

A Presidente referiu que o papel de todos os conselheiros é fundamental para esta sensibilização e lembrou o papel dos coordenadores de curso que sempre que os questionários são disponibilizados aos alunos reforçam e incentivam os alunos a responder.

O Relatório da Qualidade 2017-18 – componente Ensino e Aprendizagem foi colocado a votação e aprovado por unanimidade.

Ponto 4

Balanço do 1º semestre (2018-19)

A Presidente começou por informar que a maior parte das Comissões Pedagógicas de cada um dos cursos ainda não reuniu, por conseguinte solicitou aos coordenadores dos cursos que informassem os respetivos representantes do corpo docente no conselho sobre situações que entendessem ser relevantes.

A conselheira Catarina Afonso, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que os alunos consideram que os ECTS das diferentes UC não estão devidamente distribuídos e que, em alguns casos, o esforço de trabalho necessário não se reflete no número de ECTS. Consideram que a UC Novas Tendências em Comunicação Estratégica não acompanha a atualidade das Relações Públicas.

O conselheiro Igor Nascimento, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, destacou pela negativa o funcionamento da UC Laboratório de Edição Multimédia: os métodos de avaliação, o excesso de trabalhos, briefings confusos, desaparecimento de alguns trabalhos entregues, alteração dos critérios de avaliação no decorrer do semestre foram algumas das queixas apresentadas. Referiu ainda o facto de UC como Teorias da Comunicação e Sociologia da Comunicação terem um programa demasiado extenso para apenas um teste. A UC Direito da Comunicação teve menos aulas no regime pós-laboral do que no diurno e consequentemente foi lecionada menos matéria, o que preocupa os alunos em termos de avaliação. Por fim, enumerou uma série de aspetos menos positivos no que diz respeito ao funcionamento de alguns serviços e infraestruturas da escola: a biblioteca encerra demasiado cedo, bem como o bar; falta de higiene nos WC femininos; a informação disponibilizada nos elevadores sobre datas de inspeção expirou em 2017, o que coloca em causa a segurança dos mesmos; as luzes no espaço do refeitório acendem demasiado tarde; as máquinas de vending não permitem pagamentos com cartão e os vírus que contaminaram os computadores da escola e lesaram inúmeras pens.

A conselheira Ana Raposo, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Relações Públicas e Comunicação Empresarial, referiu que a reunião da Comissão Pedagógica do curso ainda não foi realizada mas o semestre correu normalmente.

O conselheiro João Ferreira, representante do corpo discente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, destacou o facto de a UC Seminários Temáticos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional ter sido extremamente útil por abordar temas que até aí não o tinham sido e considerar que deveria ter maior carga horária.

A Presidente, enquanto representante do corpo docente do curso de mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas, referiu que não é possível aumentar ou diminuir a carga horária das UC mas é possível uma articulação com a outra UC do 3º semestre, Seminário de Projeto em Relações Públicas e Comunicação Organizacional. O semestre decorreu normalmente, sem situações a destacar.

A conselheira Fernanda Farias, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que os alunos que frequentam o curso em regime pós-laboral se queixam do facto de o bar já não disponibilizar comida ao fim do dia. Os alunos manifestaram interesse em que existissem mais unidades curriculares da área de Publicidade para melhor conseguirem decidir o ramo. A UC Ateliê de Planeamento Estratégico da Comunicação é lecionada

por dois docentes; sendo que um disponibilizou as notas parciais durante o semestre e o outro, quando as disponibilizou no final, não coincidiam com as facultadas anteriormente.

A conselheira Rosário Correia, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing e responsável pela UC em questão, comprometeu-se a averiguar a situação.

A conselheira Fernanda Farias referiu ainda que na UC Marketing Estratégico, os alunos consideram que os critérios de avaliação não são claros e deu como exemplo o facto de, em um dos últimos elementos de avaliação, com a ponderação de 10% da nota final, todos os alunos terem tido a mesma nota (14 valores). Questionado o docente, a justificação apresentada aponta para razões pedagógicas que os alunos continuam sem entender.

A conselheira Madalena Pinheiro, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que os alunos manifestaram desagrado por existirem ainda poucos docentes a utilizar a plataforma Moodle. Na UC opcional Consumo e Consumidores Online, o teste é realizado na época normal de exames mas os alunos ainda não sabem as notas dos outros elementos de avaliação realizados ao longo do semestre. Os alunos consideram que os que frequentam o ramo de Marketing têm mais trabalho do que os que estão no ramo de Publicidade. A conselheira destacou ainda o facto de haver alunos do regime diurno que têm aulas depois das 20h00, o que não é concordante com o regime em que estão inscritos.

A conselheira Helena Pina, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing, referiu que o coordenador do curso a tinha informado de que o semestre tinha decorrido sem nenhum acontecimento anómalo a reportar.

A conselheira Zélia Santos, representante do corpo discente do curso de mestrado em Publicidade e Marketing, referiu que o semestre tinha corrido normalmente.

O conselheiro Gonçalo Taborda, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu que os colegas não entendem porque os emolumentos da inscrição em exame de recurso são diferentes dos da melhoria de nota. Gostariam que certos softwares fossem disponibilizados aos alunos e não só em sala de aula.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que os emolumentos são uma decisão da direção da escola e que a inscrição nos exames tem valores diferentes por implicar atos diferentes. Relativamente aos softwares, a escola não tem capacidade orçamental para os disponibilizar de outra forma, no entanto, os alunos podem sempre requerer a abertura das salas quando não estão a decorrer aulas.

A conselheira Sofia Nunes, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo, destacou os problemas existentes com os horários, em particular o intervalo entre

aulas que chega a 4 horas. Referiu ainda que consideram importante que os enunciados de exames de anos anteriores estejam disponíveis.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, chamou a atenção para a necessidade de todos os assuntos trazidos às reuniões do conselho necessitarem previamente de ser confirmados e que esse é um dos papéis fundamentais dos delegados de turma e dos representantes dos alunos no órgão. Esta chamada de atenção decorre de, na reunião anterior, se ter verificado que duas situações trazidas pelos representantes dos alunos não corresponderem à verdade. Tratando-se de situações que ficam registadas em atas públicas, considera que deveriam estar também associadas consequências a estes atos de reportar situações que não correspondem à realidade.

A conselheira Daniela Nascimento, representante do corpo discente do curso de mestrado em Jornalismo, referiu que os alunos consideram que o número de ECTS está mal distribuído entre as UC e que, em alguns casos, este número não reflete o esforço de trabalho que é necessário para obter aprovação nas UC. Reforçou que o serviço oferecido pelo bar não corresponde às necessidades dos alunos que frequentam a escola em regime pós-laboral, como é o caso dos alunos de mestrado. Os alunos queixam-se do facto de não existirem espaços livres/com disponibilidade para que possam elaborar e editar, fora da aula, as peças. Consideram que têm muita dificuldade em requisitar e levantar materiais no Centro de Equipamento Audiovisual, uma vez que este serviço exige que essas tarefas sejam realizadas até às 16h.

A conselheira Mariana Lopes, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que os alunos consideram que a entrega de trabalhos, a comunicação e consulta de notas está muito dispersa e varia muito de UC para UC. Sugerem que se use a plataforma Moodle, já que lhes parece ser uma boa ferramenta para centralizar todas estas tarefas. Os alunos queixam-se de que as notas de momentos de avaliação realizados ao longo do semestre não chegam em tempo útil, sobretudo em UC que estão em avaliação contínua. No caso da UC Direito da Comunicação, colocam em questão a pertinência de alguns conteúdos atendendo ao curso, uma vez que estão muito direccionados para a comunicação social. Gostariam que, nesta UC, fossem abordados temas que estivessem mais próximos do Audiovisual e Multimédia, tais como a utilização dos direitos de imagem.

A Presidente fez notar que a UC é de tronco comum e, sendo uma única UC, os conteúdos programáticos têm de ser iguais nos diferentes cursos.

O conselheiro Luís Guilherme Freitas, representante do corpo discente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, referiu que as UC opcionais Comunicação Estratégica e Estratégias de Identidade Corporativa têm uma carga de trabalho muito diferente, considerando que esta é muito mais exigente, em termos de trabalhos, do que aquela. Na UC opcional Pós-Produção Áudio, o docente faltou algumas vezes no mês de dezembro e marcou as aulas de substituição na semana em que não podem existir momentos de avaliação. As datas destas aulas de substituição foram

comunicadas com muito pouca antecedência, o que fez com que muitos alunos não conseguissem comparecer. No geral, os alunos do 3.º ano gostariam de assistir a mais seminários durante o ano. O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Audiovisual e Multimédia, informou que estão a ser trabalhadas estratégias para colmatar esta questão mas lembrou que, no passado, já existiu um esforço concertado para que profissionais do mercado integrassem seminários e oficinas e a adesão, por parte dos alunos, era reduzida. O que fez com que se abandonasse esta prática regular.

O conselheiro Luís Guilherme Freitas referiu ainda que os alunos consideram que o número de ECTS está mal distribuído entre as UC e que, em alguns casos, este número não reflete o esforço de trabalho que é necessário para obter aprovação nas mesmas.

O conselheiro Ricardo Pereira Rodrigues informou que as reuniões da Comissão Pedagógica e de curso ainda não tinham ocorrido, mas que, no geral, pelas informações recolhidas ao longo do semestre, a perceção é de o semestre decorreu de forma normal. A registar apenas algumas queixas sobre a falta de disponibilização de FUC em algumas UC, a não disponibilização das notas parciais ao longo do semestre, a não resposta aos emails enviados aos docentes, o que torna a comunicação fora da sala de aula difícil, algumas queixas relacionadas com horários e problemas com o acesso à rede no piso -2 e no refeitório. Na sala Laboratório Multimédia 1, os softwares foram instalados com o idioma em português, o que causou alguns problemas aos alunos, uma vez que a tradução das nomenclaturas usadas por estas ferramentas não é bem-feita. O assunto foi resolvido em janeiro.

O conselheiro Guilherme Carvalho, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, referiu que os alunos consideram que na UC Comunicação Audiovisual, o projeto prático (elaboração de um guião) devia ter começado logo no início do semestre, à semelhança do que acontece em outras UC. Salientou ainda que os elevadores apresentam informação, sobre a respetiva inspeção, com uma data que já expirou (2017). Os alunos sentem que as zonas de estudo são poucas e com poucas condições de trabalho.

O conselheiro Filipe Montargil, representante do corpo docente do curso de mestrado em Audiovisual e Multimédia, constatou que os alunos interessados na vertente audiovisual são em maior número do que os de multimédia.

A conselheira Rosário Correia, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Publicidade e Marketing e coordenadora do curso de Pós-graduação em Branding e Content Marketing referiu que o semestre correu bem.

Ponto 5

Assuntos supervenientes

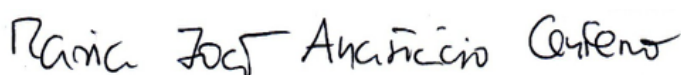
Uma das representantes do corpo discente do curso de licenciatura em Jornalismo tinha referido na última reunião o facto de uma das turmas da UC Análise do Discurso Jornalístico estar a ser lecionada em inglês e isso constituir motivo de alguma insatisfação. A Presidente contactou a responsável pela UC que negou perentoriamente tal facto. A Presidente frisou mais uma vez que seria importante os representantes do corpo discente averiguarem as situações antes de as exporem em plenário.

A conselheira Fernanda Bonacho, representante do corpo docente do curso de licenciatura em Jornalismo, referiu relativamente à questão na UC de Laboratório de Jornalismo I, que tinha também sido referida pela representante do corpo discente do curso na última reunião, que a responsável da UC lhe fez chegar, na altura, os seguintes esclarecimentos: “Não se deslocaram, até ao momento, a nenhuma conferência (...) Tiveram uma aula conjunta, lecionada pela professora em mobilidade Erasmus, Luisa Callero. Para não obrigar a colega a repetir o mesmo conteúdo três vezes, foi dada uma aula conjunta, com o acordo, aliás, dos alunos, com quem negocieei a data e o horário. Não lhes foi pedido nenhum trabalho sobre essa sessão. Na última semana de outubro, para não prejudicar os turnos, dado que haveria um feriado e na sexta estava fora num congresso, fiz uma sessão conjunta com as turmas, para visionamento de um filme. (...) A delegada da turma B não consultou o email institucional, apesar de ter alertado em aula que confirmaria a data e sala entretanto, e apenas compareceu na sessão a turma A; estou a tentar agendar com a turma B nova sessão para os que não conseguiram acesso ao filme realizem o exercício que lhes foi pedido - um comentário. O prazo de entrega deste foi, aliás, adiado, a pedido deles. Não têm muitos trabalhos. Até ao momento, não realizaram nenhum, propriamente. Fizeram um pequeno exercício de síntese, na aula, na semana passada. Têm uma revista de imprensa que começam a apresentar em grupo a partir da próxima semana. Têm um trabalho escrito, em grupo, para entregar na próxima segunda, sobre valores notícia e o tal comentário já referido uma semana depois. Trata-se de um laboratório e não de uma UC teórica, como tal, se está em avaliação contínua, é nesse regime que tem de funcionar”.

Nada mais havendo a tratar, a Presidente deu por encerrada a reunião.

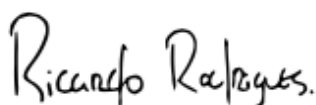
Lisboa, 29 de janeiro de 2019

A PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Maria João Centeno)

O VICE-PRESIDENTE DO CONSELHO PEDAGÓGICO



(Ricardo Pereira Rodrigues)

Anexo 1

Regulamento de Frequência e Avaliação do 2º ciclo

Regulamento de Frequência e Avaliação do 2.º Ciclo

Preâmbulo

O Regulamento de Frequência e Avaliação do 2.º Ciclo foi revisto e aprovado em reunião de Conselho Pedagógico de 29 de janeiro de 2019 e ratificado em reunião do Conselho Técnico Científico de .

Artigo 1.º

Objeto

A Escola Superior de Comunicação Social confere o grau de Mestre em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing.

Artigo 2.º

Destinatários

Os Mestrados em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing destinam-se aos licenciados nestas áreas de formação e/ou a outros públicos com áreas de formação afins e/ou experiência profissional relevante na área, com a ressalva de que as situações em que se encontrem respeitem a legislação em vigor.

Artigo 3.º

Objetivos dos cursos

1 — O mestrado em Audiovisual e Multimédia combina as dimensões teórica e prática, permitindo uma aproximação dos estudantes ao mercado empresarial. Pretende-se que os estudantes sejam capazes de resolver problemas comunicacionais. Para tal, são fornecidas competências profissionais no domínio da conceção e desenvolvimento de produtos audiovisuais e multimédia. São objetivos do curso:

- a) Conjugar uma dimensão estratégica e de reflexão com competências profissionais da especialidade;
- b) Preparar profissionais capacitados para resolver problemas comunicacionais com recurso a soluções audiovisuais e multimédia;
- c) Contribuir para o desenvolvimento de produtos e serviços inovadores capazes de gerar valor e melhorar a qualidade da vida em sociedade;
- d) Desenvolver as capacidades de investigação aplicada, contribuindo para o progresso do conhecimento no campo do Audiovisual e Multimédia.

2 — O mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas permite a atualização dos profissionais em exercício e o consolidar de capacidades analíticas e técnicas dos recém-licenciados na área das Relações Públicas/Comunicação Pública. Num mundo complexo, a gestão das relações entre diferentes públicos é prioritária tanto em contextos comunicacionais analógicos como digitais. As Relações Públicas emergem assim como um meio de expressar a identidade das empresas, ou de quaisquer outras organizações, permitindo-lhes ser conhecidas e reconhecidas pelos seus diferentes interlocutores. São objetivos do curso:

- a) Capacitar os estudantes enquanto profissionais de RP (Comunicação Estratégica) para liderar e inovar na gestão de todos os processos comunicacionais — tanto ao nível da investigação e planificação, como da implementação e avaliação — em organizações de diferentes setores de atividade;
- b) Possibilitar aos mestrandos a reflexão sobre os avanços científicos e técnicos visando tanto a investigação fundamental como a investigação aplicada nos domínios em questão;
- c) Integrar de forma inovadora a investigação e a prática (estudo de casos) com especial atenção aos contextos multiculturais.

3 — O mestrado em Jornalismo pretende aliar uma componente de formação profissional e experimental a uma componente de formação cultural e de investigação aplicada. Pretende-se aprofundar as problemáticas dos estudos sobre os *media* e o jornalismo e dotar os estudantes de competências específicas em áreas de especialização jornalística. São objetivos do curso:

- a) Saber problematizar questões críticas do jornalismo contemporâneo e refletir sobre as implicações éticas e sociais resultantes do exercício da profissão;
- b) Desenvolver competências no domínio do jornalismo temático (político, cultural e de ciência, económico, jurídico e desportivo);
- c) Aprofundar as práticas, linguagens e técnicas em que assenta o exercício do jornalismo, desde o jornalismo televisivo e radiofónico ao jornalismo de imprensa e digital.

4 — O mestrado em Publicidade e Marketing pretende desenvolver e aprofundar conhecimentos nas áreas da Publicidade e do Marketing, assim como dotar os estudantes de competências técnicas e científicas que lhes permitam lidar com situações novas e inovadoras, propícias a uma atuação pautada pela proatividade e competitividade. Os estudantes lidam com situações práticas e casos reais que lhes garantem uma formação adequada à qualificação profissional e aos constantes desafios do mercado. São objetivos do curso:

- a) Aprofundar conhecimentos científicos e técnicos na área da Publicidade e do Marketing;
- b) Preparar profissionais com capacidade de compreensão e resolução de problemas, aplicando os seus conhecimentos a contextos amplos e multiunidade curriculares, inusitados e inovadores;
- c) Criar competências para a conceção e realização de projetos de investigação aplicadas;
- d) Promover a integração e articulação do conhecimento científico e aplicado com o meio profissional.

Artigo 4.º

Definição da unidade curricular — Dissertação/Trabalho de Projeto/Estágio com relatório

1 — A dissertação de mestrado deve versar um tema da área científica do curso, sendo um trabalho original que faça prova da capacidade científica do estudante. A dissertação deve ter um componente teórico ou empírico, com informação e bibliografia adequadas, metodologias consentâneas com o objeto de estudo e análise dos resultados obtidos. Os conhecimentos demonstrados devem evidenciar o domínio da área científica em causa.

2 — O trabalho de projeto consiste numa aplicação dos conhecimentos adquiridos no curso a contextos, problemas e situações prático-profissionais novas, fazendo prova do domínio da bibliografia específica e atualizada. Deve ser demonstrada a aplicabilidade e

operacionalidade das metodologias e técnicas utilizadas, bem como a calendarização dos processos de implementação.

3 — O estágio de natureza profissional é componente de um processo de especialização mediante a participação do estudante no exercício real de uma profissão ou de atividades profissionais. O estágio de natureza profissional deve ser objeto de um relatório do qual constem objetivos, descrição da situação, diário de estágio e propostas decorrentes da experiência. Deverá igualmente fazer parte do relatório uma avaliação crítica do caminho que vai dos objetivos iniciais aos resultados atingidos. O estágio deverá ter um mínimo de 400 (quatrocentas) horas.

Artigo 5.º

Áreas científicas

1 — O curso de Mestrado em Audiovisual e Multimédia está inserido na área científica dos Estudos em Audiovisual e Multimédia (EAM).

2 — O curso de Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas está inserido na área científica dos Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional (ERPCO).

3 — O curso de Mestrado em Jornalismo está inserido na área científica dos Estudos em *Media* e Jornalismo (EMJ).

4 — O curso de Mestrado em Publicidade e Marketing está inserido na área científica dos Estudos em Publicidade e Marketing (EPM).

Artigo 6.º

Duração dos cursos

Os cursos têm uma duração de 4 (quatro) semestres, correspondentes a 120 (cento e vinte) ECTS.

Artigo 7.º

Regras sobre a admissão no ciclo de estudos

1 — São admitidos à candidatura no Mestrado em Audiovisual e Multimédia os candidatos que:

a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal na área de Audiovisual e Multimédia, área afim ou outra área considerada relevante pelo júri;

b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área de Audiovisual e Multimédia ou área afim, conferido na sequência de um 1.º Ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Sejam titulares de um grau académico de nível superior nacional ou estrangeiro na área de Audiovisual e Multimédia ou área afim, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;

d) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

2 — São admitidos à candidatura ao Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas os candidatos que:

a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal na área científica de Relações Públicas e Comunicação Organizacional, área afim ou outra área considerada relevante pelo júri;

b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área das Ciências da Comunicação conferido na sequência de um 1.º Ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Sejam titulares de um grau académico de nível superior nacional ou estrangeiro na área das Ciências da Comunicação ou área afim, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;

d) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

3 — São admitidos à candidatura no Mestrado em Jornalismo os candidatos que:

a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal na área de Jornalismo, área afim ou outra área considerada relevante pelo júri;

b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área de Jornalismo ou área afim, conferido na sequência de um 1.º Ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Sejam titulares de um grau académico de nível superior nacional ou estrangeiro na área de Jornalismo ou área afim, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;

d) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

4 — São admitidos à candidatura no Mestrado em Publicidade e Marketing os candidatos que:

a) Sejam titulares do grau de licenciado ou equivalente legal na área de Publicidade e Marketing, área afim ou outra área considerada relevante pelo júri;

b) Sejam titulares de um grau académico de nível superior na área de Publicidade e Marketing ou área afim, conferido na sequência de um 1.º Ciclo de estudos organizado de acordo com os princípios do Processo de Bolonha por um Estado aderente a este Processo;

c) Sejam titulares de um grau académico de nível superior nacional ou estrangeiro na área de Publicidade e Marketing ou área afim, que seja reconhecido como satisfazendo os objetivos do grau de licenciado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS;

d) Sejam detentores de um currículo académico, científico ou profissional, reconhecido fundamentadamente pelo júri como atestando capacidades para realização deste ciclo de estudos pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

Artigo 8.º

Candidatura

A candidatura será efetuada através da plataforma *online* disponível no sítio da internet da ESCS, a que os candidatos juntarão certificado de habilitações com a estrutura curricular, certificado com a média final de licenciatura, *Curriculum Vitae* detalhado e um documento de

identificação.

Artigo 9.º

CrITÉRIOS de seleção

1. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 7.º do presente Regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:
 - I) Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas e Mestrado em Publicidade e Marketing:
 - 1.1. Formação Académica:
 - a) Classificação final de licenciatura (50%)
 - 1.2. *Curriculum Vitae* (20%):
 - a) Académico;
 - b) Científico;
 - c) Profissional.
 - 1.3. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (20%)
 - 1.4. Carta de motivação (10%):
 - a) Principais motivações;
 - b) Explicitação do trabalho final a realizar;
 - c) Expetativas académicas e profissionais
 - II) Mestrado em Audiovisual e Multimédia e Mestrado em Jornalismo:
 - 1.1. Formação Académica:
 - a) Classificação final de licenciatura (40%)
 - 1.2. *Curriculum Vitae* (20%):
 - a) Académico;
 - b) Científico;
 - c) Profissional.
 - 1.3. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (20%)
 - 1.4. Entrevista (20%)
2. Os candidatos que reúnam as condições expressas no Artigo 7º, alínea d) do presente regulamento serão selecionados e seriados tendo em atenção os seguintes critérios:
 - I) Mestrado em Gestão Estratégica das Relações Públicas e Mestrado em Publicidade e Marketing:
 - 2.1. *Curriculum Vitae* (50%):
 - a) Académico;
 - b) Científico;
 - c) Profissional.
 - 2.2. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (40%)
 - 2.3. Carta de motivação (10%):
 - a) Principais motivações;
 - b) Explicitação do trabalho final a realizar;
 - c) Expetativas académicas e profissionais
 - II) Mestrado em Audiovisual e Multimédia e Mestrado em Jornalismo:
 - 2.1. *Curriculum Vitae* (40%):
 - a) Académico;
 - b) Científico;
 - c) Profissional.
 - 2.2. Adequação da formação e da experiência prévias ao mestrado (40%)
 - 2.3. Entrevista (20%)
3. O processo de seleção pode ser repartido até três fases aprovadas anualmente, de acordo com o calendário escolar, cabendo a cada júri a definição do número de vagas para cada fase dentro do total aprovado.

Artigo 10.º

Vagas e prazos

O número de vagas e os prazos de candidatura aos Mestrados serão fixados anualmente pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

Artigo 11.º

Condições de funcionamento

A ESCS assegura as condições necessárias e suficientes para o funcionamento do ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Audiovisual e Multimédia/Gestão Estratégica das Relações Públicas/Jornalismo/Publicidade e Marketing, nomeadamente através de:

- a) Um projeto educativo, científico e cultural próprio, adequado aos objetivos fixados neste ciclo de estudos;
- b) Um corpo docente próprio, adequado em número e constituído, na sua maioria, por titulares do grau de doutor ou especialistas de reconhecida experiência e competência profissional nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- c) O desenvolvimento de atividade reconhecida de formação e investigação ou do desenvolvimento de atividade de natureza profissional de alto nível, nas áreas científicas integrantes deste ciclo de estudos;
- d) Recursos humanos e materiais indispensáveis para garantir o nível e a qualidade da formação, designadamente espaços letivos, equipamentos tecnológicos, biblioteca e laboratórios adequados.

Artigo 12.º

Frequência e propinas

- 1 — A frequência do curso depende de matrícula a realizar em impressos fornecidos pela Escola ou através do Portal do IPL.
- 2 — A frequência das aulas das diferentes unidades curriculares do curso depende da inscrição nessas unidades curriculares, obrigatoriamente realizada em simultâneo com a matrícula.
- 3 — Da candidatura é devido emolumento, previsto na Tabela de Emolumentos do IPL em vigor. As taxas de matrícula e de inscrição, bem como as propinas, são fixadas anualmente pelo Presidente e divulgadas no edital de abertura do mestrado.

Artigo 13.º

Funcionamento

- 1 — O ano letivo encontra-se dividido em 2 (dois) semestres, comportando períodos de férias e momentos específicos de avaliação.
- 2 — Cada semestre corresponde a 20 (vinte) semanas, distribuídas entre o período letivo e as épocas destinadas aos exames.
- 3 — A cada tempo de contacto corresponde sempre um sumário, que será público.
- 4 — As datas de início e fim dos semestres, os períodos de férias e os momentos específicos de avaliação são fixados pelo Presidente, depois de ouvidos os Conselhos Pedagógico e Técnico-Científico, e constam do Calendário Escolar divulgado no início do ano letivo.
- 5 — As datas de realização dos momentos específicos de avaliação são propostas pelo Conselho Pedagógico e homologadas e divulgadas pelo Presidente no primeiro trimestre do ano letivo.

Artigo 14.º

Estrutura curricular, plano de estudos e ECTS

1 — O ciclo de estudos conducente ao grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, em Gestão Estratégica das Relações Públicas, em Jornalismo e em Publicidade e Marketing integra as unidades curriculares constantes nos planos de estudos e é desenvolvido em duas fases de graduação:

1.1 — Um curso de especialização profissionalizante, constituído por 2 (dois) semestres (60 (sessenta) ECTS), que confere respetivamente um Certificado de Pós-Graduação em Comunicação Audiovisual e Multimédia, em Relações Públicas Estratégicas, em Práticas e Estudos Jornalísticos e em Marketing e Comunicação Publicitária.

1.2 — Um curso de Mestrado, composto por 4 (quatro) semestres (120 (cento e vinte) ECTS), ao qual corresponde a atribuição do grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, em Gestão Estratégica das Relações Públicas, em Jornalismo e em Publicidade e Marketing.

2 — Para a obtenção do grau de mestre em Audiovisual e Multimédia, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Estudos em Audiovisual e Multimédia	EAM	75	20
Ciências Sociais	CS	20	—
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	5	—
<i>Total</i>		100	20

3 — Para a obtenção do grau de mestre em Gestão Estratégica das Relações Públicas, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências da Comunicação	CC	10	0 a 5
Ciências Humanas	CH	—	0 a 5
Ciências Sociais	CS	10	0 a 20
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	—	0 a 5
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional	ERPCO	80	0 a 5
<i>Total</i>		100	20

4- Para a obtenção do grau de mestre em Jornalismo, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS
-----------------	-------	------

		Obrigatórios	Optativos
Ciências Sociais	CS	10	0 a 10
Estudos em Media e Jornalismo . . .	EMJ	90	0 a 20
<i>Total</i>		100	20

5- Para a obtenção do grau de mestre em Publicidade e Marketing, é necessário reunir um número mínimo e máximo de ECTS em algumas áreas científicas, de acordo com o seguinte quadro:

Área científica	Sigla	ECTS	
		Obrigatórios	Optativos
Ciências Sociais	CS	15	0 a 5
Estudos em Audiovisual e Multi-mídia	EAM	—	0 a 5
Estudos em Publicidade e Marketing	EPM	90	0 a 15
Estudos em Relações Públicas e Comunicação Organizacional . . .	ERPCO	—	0 a 5
<i>Total</i>		105	15

Artigo 15.º

Avaliação

Ponto prévio: Só serão admitidos em exame os alunos inscritos. Esta inscrição, com exceção dos exames de época normal, terá de ser efetuada até ao 3.º dia útil antes da(s) data(s) do(s) respetivo(s) exame(s). Além disso, os alunos deverão apresentar documento comprovativo da sua identificação no ato de realização da prova.

1 — A avaliação de cada unidade curricular é expressa na escala de 0 (zero) a 20 (vinte) valores.

2 — Na avaliação são admitidos os seguintes regimes:

- a) Avaliação contínua;
- b) Avaliação periódica;
- c) Avaliação por exame.

3 — Em caso de avaliação inferior a 10 (dez) valores, o estudante só poderá inscrever-se ao exame de recurso.

4 - Compete ao docente responsável por cada unidade curricular definir as formas de avaliação a utilizar, informando os estudantes a seu respeito no início do semestre, junto com a entrega da ficha da unidade curricular. Salvo em casos excecionais, mediante proposta apresentada ao Conselho Pedagógico e por este Órgão aprovada, não é permitida qualquer alteração nos critérios de avaliação após o início do semestre letivo.

5 - A prática por um estudante de qualquer irregularidade durante o processo de aprendizagem coletiva, em qualquer instrumento ou momento de avaliação, que permita a sua qualificação como fraude académica implicará a reprovação automática na unidade curricular em causa e poderá ser sujeito a penalizações adicionais. Estas penalizações terão como base o relatório do docente e serão discutidas no Conselho Pedagógico.

6 - As penalizações, para além da anulação dessa avaliação, poderão ser:

- a) Advertência;
- b) Suspensão temporária.

7- A reincidência neste tipo de ações terá como consequência mínima a suspensão por um ano letivo, podendo mesmo resultar na expulsão do estudante

Artigo 16.º

Avaliação contínua

1 — Entende-se por avaliação contínua a avaliação constante, que resulta da interação permanente entre docentes e discentes.

2 — No regime de avaliação contínua deverão ser explicitados na ficha de unidade curricular todos os critérios em que se fundamenta a apreciação do professor.

3 — No regime de avaliação contínua deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 40 %.

4 — A classificação da avaliação contínua terá de ser lançada até ao último dia útil da época normal de exames.

5 — Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação contínua, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1.º semestre, e do mês de março, no 2.º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação contínua, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

6 — O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão inscritos.

Artigo 17.º

Avaliação periódica

1 — Entende-se por avaliação periódica a avaliação que ocorre durante o semestre letivo em momentos pré-determinados pelo docente e explicitados no início do período letivo.

2 — A avaliação periódica poderá traduzir-se em testes, trabalhos em grupo ou individuais, entre outros, de acordo com o estipulado na ficha de unidade curricular.

3 — Deve existir pelo menos uma avaliação individual. O peso da avaliação individual não poderá ser inferior a 60 %.

4 — Na data marcada para o exame de época normal, pode ser realizado um teste. Neste caso, todos os outros momentos de avaliação terão de acontecer até 1 (uma) semana antes do final do período letivo.

5 — A classificação da avaliação periódica terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame da unidade curricular na época de recurso.

6 — Os estudantes com o Estatuto Trabalhador-Estudante que pretendam ser avaliados por exame na época normal, nas unidades curriculares em regime de avaliação periódica, deverão apresentar nos Serviços Académicos, até ao final do mês de novembro, no 1.º semestre, e do mês de março, no 2.º semestre, um requerimento a solicitar essa alteração. Deste modo, quem não o fizer será avaliado pelo regime de avaliação periódica, nos termos definidos na ficha de unidade curricular.

7 — O ponto anterior aplica-se também aos estudantes com unidades curriculares em atraso que se sobreponham em horário com as unidades curriculares do ano em que estão inscritos.

Artigo 18.º

Avaliação por exame

- 1 - Entende-se por avaliação por exame a aplicação de exame final sobre os conteúdos programáticos de cada unidade curricular.
- 2 - Será aprovado em exame final o estudante que obtenha nota igual ou superior a 10 (dez) valores.
- 3 - No exame final existem as seguintes épocas: época normal, época de recurso, época especial de finalistas e época especial para trabalhadores-estudantes.
- 4 - A classificação de cada exame de época normal terá de ser lançada até 5 (cinco) dias úteis antes da data do mesmo exame na época de recurso.
- 5 - A classificação de cada exame de época de recurso terá de ser lançada até ao máximo de 10 (dez) dias úteis após a realização do exame.
- 6 - A classificação dos exames das épocas especial de finalistas e para trabalhadores-estudantes deverá ser lançada até ao início do ano letivo seguinte.
- 7 - Têm acesso à época normal de exames:
 - a) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação por exame;
 - b) Os estudantes de unidades curriculares em regime de avaliação contínua ou avaliação periódica que, por razões justificadas previstas na lei ou definidas especificamente por disposições internas da ESCS, não tenham frequentado a unidade curricular nesse regime no respetivo semestre.
- 8 - Têm acesso à época de recurso de exames os estudantes que:
 - a) Não tenham obtido aprovação na unidade curricular nos termos dos artigos 16.º, 17.º e 18.º deste Regulamento;
 - b) Pretendam efetuar melhoria de nota, independentemente do regime de avaliação da respetiva unidade curricular.
- 9 - Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data do respetivo exame.
- 10 - Os estudantes não se poderão inscrever na época de recurso a um conjunto de unidades curriculares que totalize mais de 30 (trinta) ECTS.
- 11 - Têm acesso à época especial os estudantes:
 - a) Com o Estatuto de Trabalhador-Estudante;
 - b) Que no final da época de recurso tenham até 20 (vinte) ECTS para concluir o curso e que estejam inscritos em trabalho final.
- 12 - Os estudantes terão de se inscrever em cada exame até ao 3.º dia útil antes da data do respetivo exame.
- 13 - O estudante que obtenha aprovação numa unidade curricular e deseje melhorar a sua classificação pode requerer novo exame, uma e uma só vez, até ao ano letivo seguinte. Este prazo caducará de imediato a partir do momento em que o estudante requeira o Certificado de Habilitações e/ou Certidão de Curso.

Artigo 19.º

Consulta de provas escritas

- 1 - Os estudantes têm o direito de consultar as suas provas até 5 (cinco) dias úteis após a divulgação das notas no portal académico.
- 2 - Na sessão agendada pelo responsável da unidade curricular para a consulta de provas, devem estar presentes os docentes envolvidos na correção das provas e os esclarecimentos serão dados explicitando a grelha de correção da prova.

Artigo 20.º

Revisão de provas escritas

- 1 - Atendendo à natureza da avaliação contínua que pressupõe a interação permanente entre docentes e discentes, a revisão de provas aplicar-se-á apenas às provas escritas de exame e de avaliação periódica.
- 2 - O pedido de revisão de provas escritas é efetuado nos Serviços Académicos, até 10 (dez) dias úteis após a publicação da classificação, estando sujeito ao pagamento dos emolumentos previstos. Após o pedido será fornecida ao estudante no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, cópia da prova e respetivos critérios de correção, tendo este até 2 (dois) dias úteis para entregar por escrito, em impresso fornecido pelos Serviços Académicos, a fundamentação do pedido de revisão de provas escritas.
- 3 - O pedido será enviado ao coordenador da secção onde se insere a unidade curricular (e dado conhecimento ao docente responsável da unidade curricular), que providenciará um outro docente, que não o responsável pela correção, para que se pronuncie por escrito sobre o pedido no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis. São liminarmente indeferidos os pedidos de revisão de provas escritas cuja fundamentação não incida nos critérios de correção.
- 4 - O docente responsável pela revisão da prova escrita informa o coordenador da secção sobre o resultado do pedido de revisão da prova escrita e o coordenador da secção envia o resultado aos Serviços Académicos.
- 5 - O resultado da revisão de provas escritas será formalmente comunicado pelos Serviços Académicos ao estudante, coordenador de curso e professor responsável da unidade curricular no prazo máximo de 2 (dois) dias úteis, dando a conhecer todos os elementos do processo.
- 6 - Uma vez concluído o processo, o professor responsável da unidade curricular informará por escrito os Serviços Académicos da eventual necessidade de corrigir a pauta de classificações. Desta correção não poderá resultar a descida de uma classificação superior a 10 (dez) para uma inferior a este valor.
- 7 - Caso o desfecho do processo de revisão prove ser válida a pretensão do estudante, haverá lugar à devolução do emolumento pago inicialmente.
- 8 - Os prazos referidos neste artigo são contados apenas dentro dos períodos letivos ou de avaliação.

Artigo 21.º

Recurso da revisão de provas escritas

1 - O recurso da revisão de provas escritas, devidamente fundamentado, deverá ser requerido ao Presidente do Conselho Pedagógico, no prazo máximo de 7 (sete) dias úteis a contar da data em que o resultado da revisão de provas foi conhecido, que apreciará a sua admissibilidade.

2 - Existindo no recurso matéria científica para a qual se considere necessária a emissão de um parecer especializado, deverá o Conselho Pedagógico requerer a constituição de um júri para esse efeito, do qual não poderão fazer parte os docentes envolvidos na lecionação da unidade curricular ou na revisão da nota.

3 - O teor da decisão final deve ser transmitido ao coordenador de curso, ao responsável da unidade curricular e ao recorrente, bem como aos Serviços Académicos, para eventual correção da pauta de classificações.

Artigo 22.º

Trabalhador-Estudante

1 — Ao abrigo da Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro (Lei que aprovou o Código do Trabalho), regulamentada pela Lei n.º 105/2009, de 14 de setembro, o presente artigo aplica-se aos estudantes:

- a) Trabalhadores por conta de outrem em organismo público ou privado, independentemente do vínculo laboral;
- b) Trabalhadores por conta própria;
- c) Que frequentem cursos de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens, desde que com duração igual ou superior a 6 (seis) meses.

2 — O Estatuto do Trabalhador-Estudante pode ser requerido até final de março, sendo válido apenas para o ano letivo em questão. No caso de o requerimento ser entregue depois do mês de novembro, os benefícios inerentes a este estatuto só serão concedidos para o semestre seguinte. O requerimento deve ser acompanhado da prova da condição de trabalhador-estudante nos termos dos números anteriores.

3 — A prova da condição de trabalhador far-se-á mediante a entrega dos seguintes documentos:

3.1 — Se trabalhador por conta de outrem no setor privado:

- a) Documento da Segurança Social, comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos. Se o estudante, à data de requerimento do estatuto, só possuir ainda o documento de inscrição na Segurança Social, o estatuto só será atribuído para esse período letivo, pelo que o estudante deverá requerer novamente o estatuto, e apresentar toda a documentação, no período letivo seguinte;
- b) Cópia do Contrato de trabalho ou Declaração emitida pela respetiva entidade patronal.
- c) O contrato ou a declaração referidos na alínea b) podem ser dispensados se o documento referido na alínea a) comprovar a efetivação dos descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido.

3.2 — Se funcionário, agente ou com contrato individual de trabalho, do Estado ou de outra entidade pública:

- a) Declaração do respetivo serviço, devidamente autenticada com selo branco, subscrita pelo dirigente máximo do serviço ou responsável pelo respetivo departamento de recursos humanos.

3.3 — Se trabalhador por conta própria:

- a) Declaração de IRS do ano anterior ou declaração de início de atividade;
- b) Documento da Segurança Social comprovativo da inscrição como beneficiário e da efetivação de descontos até ao terceiro mês anterior àquele em que o estatuto é requerido ou da respetiva isenção.

3.4 — Se frequenta curso de formação profissional ou programa de ocupação temporária de jovens:

- a) Documento comprovativo que explicita uma duração mínima de 6 meses, com indicação do início e duração da atividade e do registo de acreditação da formação ou programa de ocupação temporária de jovens, passado por entidade autorizada a desenvolver o respetivo curso ou programa.

4 — Os documentos mencionados nos números 3.1, 3.2 e 3.3 devem ter data igual ou inferior a 30 dias.

5 — Serão liminarmente indeferidos os requerimentos que:

- a) Sejam apresentados fora do prazo previsto nos números anteriores;
- b) Não sejam acompanhados dos documentos previstos no n.º 3.

6 — O trabalhador-estudante não está sujeito:

- a) À frequência de um número mínimo de unidades curriculares, e respetivos ECTS, em cada ano letivo;
- b) Ao regime de prescrição;
- c) Às disposições legais que façam depender o aproveitamento escolar da frequência de um número mínimo de aulas por unidade curricular, exceto os que optarem pela avaliação contínua;
- d) Normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

7 — Os estudantes com estatuto de trabalhador-estudante que se mantiverem na avaliação contínua ou periódica ficam sujeitos às normas definidas nessas unidades curriculares.

8 — Aplicam-se aos trabalhadores-estudantes todas as demais normas de avaliação e as condições de acesso a exame final, fixadas para os estudantes ordinários.

9 — Nos casos das unidades curriculares que se revistam de caráter de exercício coletivo, transpondo para o processo de aprendizagem a situação do exercício profissional, e em que o desempenho de cada indivíduo condiciona o desempenho do grupo, a aprovação na unidade curricular está condicionada ao cumprimento do programa nas sucessivas etapas previstas.

10 — O trabalhador-estudante não está sujeito a normas que limitem o número de exames a realizar na época de recurso e especial.

11 — As unidades curriculares com horário pós-laboral devem assegurar que os exames e as provas de avaliação, bem como serviços mínimos de apoio ao trabalhador-estudante, decorram também no horário pós-laboral, na medida do possível.

Artigo 23.º

Dirigente associativo estudante do ensino superior

1 — O presente artigo aplica-se, ao abrigo da Lei n.º 23/2006, de 23 de julho, “Regime Jurídico do Associativismo Jovem”, aos estudantes da ESCS que sejam dirigentes da Associação de estudantes ou de Federações Académicas.

2 — A Associação de Estudantes deverá indicar ao Presidente da ESCS, os estudantes/dirigentes a abranger pelo respetivo estatuto através do envio da cópia da ata de tomada de posse de cada dirigente associativo, no prazo de 30 (trinta) dias úteis a contar da data da mesma. Os estudantes de Federações Académicas deverão entregar, no mesmo prazo, nos Serviços Académicos documento comprovativo da sua tomada de posse.

3 — A suspensão, cessação ou perda de mandato do dirigente deve ser comunicada pela respetiva associação ao Presidente da ESCS, no prazo de 15 (quinze) dias úteis a contar da data da sua efetivação. Os estudantes de Federações Académicas deverão anualmente entregar nos Serviços Académicos documento comprovativo da manutenção do seu mandato.

4 — O dirigente associativo goza dos seguintes direitos:

a) Relevações de faltas às aulas, quando motivadas pela comparência em reuniões dos órgãos a que pertençam, no caso de estas coincidirem com o horário letivo;

b) Relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em atos de manifesto interesse associativo.

5 — A relevação das faltas depende da sua comunicação ao Presidente da ESCS, que definirá também o tipo de documento comprovativo justificativo da comparência nas atividades referidas no n.º 4.

6 — Esta comunicação deve ser feita pela Associação de Estudantes/ Federações Académicas até ao fim da primeira semana do mês seguinte àquele a que as faltas dizem respeito, nunca ultrapassando o dia posterior ao termo das aulas, para que os docentes sejam informados a tempo de contabilizarem as referidas justificações na determinação das condições de frequência dos estudantes.

7 — O incumprimento do prazo fixado na alínea anterior implica a não relevação das faltas.

8 — O dirigente associativo goza, ainda, dos seguintes direitos:

a) Requerer exame na época especial a 2 (duas) unidades curriculares anuais ou equivalentes, quando tal seja possível;

b) Requerer até 5 (cinco) exames em cada ano letivo para além dos exames nas épocas consagradas para os estudantes ordinários, com um limite máximo de 2 (dois) por unidade curricular;

c) Adiar a apresentação de trabalhos e relatórios escritos, para data acordada com o docente responsável pela unidade curricular, se previsto nas normas internas em vigor na respetiva unidade orgânica.

9 — Os direitos conferidos neste ponto podem ser exercidos no prazo de um semestre ou período letivo equivalente após o termo do mandato como dirigentes, desde que este prazo não seja superior ao tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

10 — Independentemente do regime de avaliação da unidade curricular, o estudante pode optar por fazer a avaliação por exame, de acordo com as disposições internas da ESCS.

11 — Os estudantes que pretendam realizar exames ao abrigo do n.º 8, devem efetuar o requerimento até ao dia 21 (vinte e um) do mês anterior àquele em que os exames serão realizados. Esta regalia não é aplicável no mês de agosto e nos meses em que decorram os exames das épocas normal e de recurso.

12 — Compete ao Presidente da ESCS assegurar que o exame tenha lugar no decurso do mês para que é requerido, de preferência em data acordada entre o docente e o estudante.

13 — O acesso a exames previstos no n.º 8 só poderá ter lugar depois da frequência da unidade curricular, e desde que o estudante reúna as condições de acesso a exames previstos no respetivo regulamento de avaliação.

14 — Quando, pela aplicação dos números anteriores, o estudante vir alterado o número de ECTS já realizados poderá, desde que ainda não tenha decorrido 1/3 dos dias letivos do período letivo, alterar as unidades curriculares em que se encontra inscrito. A alteração da inscrição deverá ser efetuada no prazo de 7 (sete) dias consecutivos, contados a partir da data da publicação dos resultados do último exame.

15 — Os estudantes têm direito à relevação de faltas às aulas motivadas pela comparência em reuniões da assembleia geral no caso de estas coincidirem com o horário letivo.

16 — Para efeitos do número anterior, caberá à mesa da assembleia geral a entrega da listagem dos estudantes presentes ao Presidente da ESCS, num prazo máximo de 48 horas após o término da assembleia geral.

17 — Aos estudantes do Instituto Politécnico de Lisboa que desempenhem as funções de membros de direção de Federações Académicas é aplicável o estatuto do dirigente associativo, nos termos do disposto no presente artigo.

18 — Os estudantes representantes dos estudantes em organismos nacionais — em que tal representação esteja legalmente prevista — poderão gozar de algumas das regalias previstas no presente artigo, a requerimento do interessado, mediante despacho do Presidente da unidade orgânica, atendendo à natureza do organismo e das funções nele desempenhadas e ao grau de exigência da participação.

19 — As regalias previstas nos dois números anteriores não são acumuláveis entre si, nem com as concedidas pelo presente artigo aos dirigentes associativos abrangidos pelo n.º 1.

20 — Os direitos consagrados neste artigo podem ser exercidos de forma ininterrupta, por opção do dirigente, durante o mandato e no período de 12 (doze) meses subsequentes ao fim do mesmo, desde que nunca superior ao lapso de tempo em que foi efetivamente exercido o mandato.

21 — Os benefícios do regime de dirigente associativo cessam quando não tiver aproveitamento em 2 (dois) anos consecutivos ou 3 (três) interpolados. Para este efeito, considera-se que este tem aproveitamento escolar quando consegue aprovação em mais de metade das unidades curriculares em que estiver inscrito, arredondando por defeito este número quando necessário.

22 — No ano letivo subsequente àquele em que perdeu os benefícios, o estudante que mantenha as condições de dirigente associativo pode voltar a requerer o estatuto, não podendo esta situação ocorrer mais do que 2 (duas) vezes.

Artigo 24.º

Outros estatutos especiais de estudante do ensino superior

1 — O presente artigo aplica-se aos estudantes da ESCS que tenham um estatuto especial:

a) Estatuto de parturiente;

b) Estatuto de mães e pais estudantes;

c) Estatuto de dirigentes de associações juvenis;

d) Estatuto de estudante praticante desportivo de alto rendimento;

e) Estatuto de estudantes que integrem órgãos de gestão do IPL;

f) Estatuto de estudantes investigadores;

g) Estatuto de estudante portador de deficiência;

h) Estatuto de estudante portador de doença infetocontagiosa ou com incapacidade temporária;

i) Estatuto de estudante bombeiro;

j) Estatuto de estudante voluntário.

2 — Aos estudantes mencionados no número anterior aplica-se o exposto no Anexo IV do Manual Académico do IPL.

Artigo 25.º

Inscrição para o trabalho final

1 — A inscrição do projeto de investigação para a realização da dissertação, do trabalho de projeto ou do estágio com relatório tem como condição a conclusão prévia de pelo menos 60 (sessenta) ECTS.

2 — A defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio tem como condição a realização prévia de 75 (setenta e cinco) ECTS.

3 — A inscrição do projeto de investigação para a realização do trabalho final de mestrado (dissertação, trabalho de projeto ou estágio com relatório) está sujeita a registo, a efetuar nos Serviços Académicos da ESCS, em impresso próprio, até ao final do mês de fevereiro do último ano letivo do curso.

4 — A inscrição a que se refere o número anterior é válida no ano letivo em que é efetuada e no ano letivo seguinte.

5 — Em caso de interrupção do curso, a inscrição a que se referem os números anteriores caduca, devendo ser efetuado novo registo até ao final do mês de fevereiro do ano letivo em que o estudante retoma o curso.

Artigo 26.º

Normas de estilo: Dissertação/Trabalho de Projeto/ Relatório de Estágio

1 — Referenciação.

1.1 — Os sistemas de referenciação aceites são os da Associação Americana de Psicologia (American Psychological Association – APA), 6ª edição, versão de março de 2017.

2 — Grafismo.

2.1 — A apresentação das dissertações, relatórios de estágio ou trabalhos de projeto de mestrado deverá garantir uma boa legibilidade e a harmonização gráfica conjunta, pelo que a sua formatação deverá obedecer às seguintes normas de estilo:

- a) Formato A4, impresso em papel branco de 80 gramas;
- b) Margem exterior, superior e inferior com o mínimo de 2 centímetros, e margem interior com o mínimo de 2,5 centímetros;
- c) Corpo do texto composto a preto em fonte tipográfica serifada (ex.: Times New Roman);
- d) Títulos compostos a preto em fonte serifada ou não serifada (ex.: Arial);
- e) Tamanho de letra e entrelinha variáveis de modo a garantir um número médio de caracteres por página entre 2200 e 3200, incluindo espaços (ex.: Times New Roman, corpo 12, com espaçamento entre linhas de 1,5);
- f) Numeração de página até à introdução (exclusive) em numeração romana, na margem inferior ou exterior;
- g) Numeração de página do corpo do trabalho e anexos em algarismos árabes, na margem inferior ou exterior;
- h) Capa de acordo com o modelo único predefinido (ver Anexo I).

3 — Parte para textual.

3.1 — Declaração anti plágio.

3.2 — Resumo em português e em inglês não excedendo os 1500 caracteres, 5 palavras-chave em ambas as línguas.

4 — Extensão total

4.1 — A extensão total da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio deve situar-se entre os limites mínimo e máximo de 50 a 80 páginas, excluindo bibliografia e anexos.

Artigo 27.º

Regime de transição e prescrição

1 — Para efeitos de prescrição, considera-se como ano de frequência aquele em que o estudante estiver inscrito em mais ECTS.

2 — Ao abrigo do disposto na Lei n.º 37/2003, de 22 de agosto, os estudantes estão sujeitos ao seguinte regime de prescrições nos cursos de mestrado:

Número máximo de inscrições anuais	ECTS obtidos	N.º máximo de semestres para conclusão do curso
3	0 a 59	} 8
4	60 a 120	

3 — O estudante tem até 6 (seis) semestres para concluir os primeiros 60 (sessenta) ECTS.

4 — O estudante tem até 8 (oito) semestres para concluir os 120 (cento e vinte) ECTS que lhe conferem o grau de mestre.

5 — Os estudantes com Estatuto de Trabalhador-Estudante e Estatuto de Dirigente Associativo do Ensino Superior não estão sujeitos ao regime de prescrições.

6 — Após a cessação dos benefícios de Trabalhador-Estudante e Dirigente Associativo, o estudante fica sujeito ao regime de prescrições.

Artigo 28.º

Processo de nomeação do(s) orientador(es), condições em que é admitida a coorientação e regras a observar na orientação

1 — A elaboração da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio será orientada por um Doutor ou por um especialista de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

2 — A orientação pode ser assegurada em regime de coorientação, quer por orientadores nacionais, quer por nacionais e estrangeiros,

sendo sempre um deles afeto à ESCS.

3 — No caso de se tratar de um estágio com relatório, é necessário a indicação de um responsável pelo estágio que deverá ser o responsável do setor ou departamento da organização onde se efetue o estágio, o qual será nomeado pela organização e aprovado pelo Conselho Técnico- Científico da ESCS.

4 — A proposta de nomeação do(s) orientador(es) deverá ser acompanhada por uma informação conjunta do mestrando e do(s) orientador(es) proposto(s) sobre o tema da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio com uma breve descrição do trabalho a realizar. A entrega desta proposta ao Conselho Técnico-Científico deverá ser efetuada até ao final do semestre em que o estudante concluir a parte escolar do curso.

5 — A nomeação do(s) orientador(es) é feita pela Conselho Técnico-Científico da ESCS no prazo de 22 (vinte e dois) dias úteis após a entrega da proposta.

Artigo 29.º

Regras sobre a entrega e apresentação da dissertação, ou do trabalho de projeto ou do relatório de estágio e sua apreciação

1 — Sem prejuízo do regime de prescrições definido no presente Regulamento, a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deve ser entregue até ao último dia do último semestre previsto para a conclusão do curso, ou em data anterior, mas nunca antes da conclusão da parte escolar do Mestrado (75 (setenta e cinco) ECTS).

2 — O trabalho final pode ser redigido, apresentado e discutido em outra língua dos países da União Europeia, sendo que o uso de outra língua carece de autorização prévia por parte do orientador e da comissão científica dos mestrados, tendo que incluir um resumo alargado em língua portuguesa.

3 — O estudante deve entregar nos Serviços Académicos o pedido de realização de prova, em impresso próprio, com o parecer do orientador, acompanhado por 1 (uma) versão em suporte digital (*pen* devidamente identificada) do trabalho final e do *Curriculum Vitae*.

4 — Nos 30 (trinta) dias subsequentes à data do despacho de nomeação do júri, o estudante será informado da aceitação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou, em alternativa, da recomendação para a sua reformulação, com indicações precisas para a mesma.

5 — Verificada a situação a que se refere a parte final do número anterior, o estudante disporá de um prazo máximo de 40 (quarenta) dias úteis durante o qual pode proceder à reformulação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, ou declarar que o(a) mantém tal como o(a) apresentou.

6 - Recebida a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio reformulado(a), ou feita a declaração referida no número anterior, procede-se à marcação da prova de discussão.

7 - Considera-se ter havido desistência do estudante se, esgotado o prazo referido no n.º 5, este não apresentar uma dissertação, um trabalho de projeto ou um relatório de estágio, nem declarar que prescinde da respetiva reformulação.

Artigo 30.º

Prazos máximos para a realização do ato público de defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio

As provas devem ter lugar no prazo de 80 (oitenta) dias úteis a contar:

- a) Do despacho de aceitação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio;
- b) Ou da data da entrega da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio reformulado(a), ou da declaração do estudante de que prescinde da reformulação.

Artigo 31.º

Regras sobre a nomeação, composição e funcionamento do júri

1 — A dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio será objeto de apreciação e discussão pública por um júri nomeado pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

2 — O júri que apreciará a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio deverá ser nomeado no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis após a respetiva entrega.

3 — O júri deve integrar entre 3 (três) e 5 (cinco) membros sendo que, caso exista mais do que um orientador, apenas um pode integrar o júri.

4 — Os membros do júri devem ser especialistas no domínio em que se insere a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio e são nomeados de entre os nacionais ou estrangeiros titulares do grau de Doutor ou especialistas de mérito reconhecido como tal pelo Conselho Técnico-Científico da ESCS.

1.— O despacho de nomeação de júri deve ser comunicado ao estudante por escrito no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua nomeação.

6 — Para apreciação da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, o júri será presidido pelo coordenador do respetivo curso ou por um docente por este designado.

7 — Após a discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio em prova pública, o júri reúne para apreciação e classificação da prova, sendo que:

a) A classificação final da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio é expressa pelas fórmulas de Aprovado ou Recusado, por votação nominal justificada, não sendo permitidas abstenções;

b) No caso de a dissertação, o trabalho de projeto ou o relatório de estágio ter merecido aprovação, a sua classificação é a que resultar da média aritmética das classificações atribuídas por cada membro do júri na escala numérica de 10 (dez) a 20 (vinte) valores.

Artigo 32.º

Regras sobre a prova pública de defesa da dissertação de mestrado, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio

1 — Na prova de defesa da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, que terá a duração máxima de 90 (noventa) minutos, o estudante pode fazer uma apresentação com duração máxima de 15 (quinze) minutos, seguindo-se a discussão, em que podem ser intervenientes todos os membros do júri.

2 — Na discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, deverá ser proporcionado ao estudante tempo idêntico ao utilizado pelos membros do júri.

3 — Na discussão da dissertação, do trabalho de projeto ou do relatório de estágio, os membros do júri poderão propor alterações ao texto apresentado. Estas alterações deverão ser efetuadas num prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis após a realização da prova pública.

Artigo 33.º

Processo de atribuição da classificação da pós-graduação

1 — Ao certificado de pós-graduação é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte).

2 — A classificação final do certificado de pós-graduação corresponde à média, ponderada por ECTS, das classificações obtidas nas unidades curriculares em que o estudante realizou os 60 (sessenta) ECTS, correspondentes aos 2 (dois) primeiros semestres da parte escolar do Mestrado.

Artigo 34.º

Processo de atribuição da classificação do mestrado

1 — Ao grau de mestre é atribuída uma classificação final situada no intervalo de 10 (dez) a 20 (vinte) da escala numérica inteira de 0 (zero) a 20 (vinte), bem como o seu equivalente na escala europeia de comparabilidade de classificações.

2 — A classificação final do grau de mestre corresponde à média, ponderada por ECTS, de todas as classificações obtidas.

Artigo 35.º

Prazos de emissão do diploma, suplemento ao diploma e suas certidões

1 — A emissão da certidão final do curso será feita no prazo de 10 (dez) dias úteis após a sua requisição, à exceção da época de matrículas/inscrições, em que o prazo poderá ser estendido até 30 (trinta) dias úteis.

2 — A emissão do diploma e suplemento ao diploma será efetuada no prazo de 1 (um) ano após requisição.

Artigo 36.º

Processo de acompanhamento pelos órgãos pedagógico e científico

O processo de acompanhamento dos cursos de Mestrado é da responsabilidade do Conselho Técnico-Científico e do Conselho Pedagógico da ESCS.

Artigo 37.º

Casos Omissos

Os casos omissos serão decididos, segundo a matéria a que respeitem, pelos órgãos de gestão competentes.



Título da Dissertação

NOME DO CANDIDATO

DISSERTAÇÃO SUBMETIDA COMO REQUISITO PARCIAL PARA OBTENÇÃO DO GRAU DE
MESTRE EM ...

Orientador(a):
[grau] [nome], [categoria],
[instituição]

Co-orientador(a):
[grau] [nome], [categoria],
[instituição]

[MÊS, ANO]

Anexo 2

Relatório da Qualidade 2017-18 – componente Ensino e Aprendizagem



Ano Letivo 2017/2018

ESCOLA SUPERIOR DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Relatório do Sistema Interno de Garantia da Qualidade

ESCS

Documento elaborado pelo Gabinete de

Apoio à Qualidade:

Ano Letivo 2017/2018

ÍNDICE

Lista de Siglas e Abreviaturas

Sumário Executivo

1. NOTA INTRODUTÓRIA**2. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL**

2.1. Serviços de Apoio

2.2. Gestão de Recursos Humanos

2.3. Inquéritos

2.3.1. Inquérito aos docentes

2.3.2. Inquérito aos funcionários não docentes

2.3.3. Inquérito aos estudantes

3. ENSINO – APRENDIZAGEM

3.1. Cursos

3.1.1. Licenciaturas

3.1.2. Mestrados

3.1.3. Pós-graduações

3.2. UC e docentes

3.2.1. Licenciaturas

3.2.2. Mestrados

3.2.3. Pós-graduações

3.3. Novos Estudantes

3.3.1. Inquérito aos novos estudantes de licenciatura

3.3.2. Inquérito aos novos estudantes de mestrado

3.3.3. Inquérito aos novos estudantes de pós-graduação

3.4. Diplomados

3.4.1. Inquérito aos diplomados das licenciaturas

3.4.2. Inquérito aos diplomados dos mestrados e pós-graduações

4. INVESTIGAÇÃO & DESENVOLVIMENTO

A – Formação Graduada

B – Atividades de I&D

C - Produção Científica

D- Integração dos Estudantes em Ações I&D

5. INTERNACIONALIZAÇÃO

Mobilidade Estudantes

Mobilidade Docentes

Mobilidade Não Docentes

6. LIGAÇÃO INTERINSTITUCIONAL E COM A COMUNIDADE

Estágios Profissionais

Inquérito aos Empregadores ESCS

7. ANÁLISE SWOT**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

A3ES – Agência de Avaliação e Acreditação do Ensino Superior
AM – Audiovisual e Multimédia
BCM – *Branding e Content Marketing*
CTC – Conselho Técnico-Científico
ESCS – Escola Superior de Comunicação Social
IC – Indústrias Criativas
ICC – Indústrias e Culturas Criativas
I&D – Investigação & Desenvolvimento
IES – Instituição de Ensino Superior
Jorn - Jornalismo
PM – Publicidade e Marketing
RPCE – Relações Públicas e Comunicação Empresarial
GERP – Gestão Estratégica das Relações Públicas
SGM – Serviço de Gestão Multimédia
SID – Serviço de Informação e Documentação
SIGQ-ESCS – Sistema Interno de Garantia da Qualidade da Escola Superior de Comunicação Social
UC – Unidade Curricular
UO – Unidade Orgânica

1. Nota introdutória

2. Estrutura organizacional

2.1. Serviços de apoio

2.2. Gestão de recursos humanos

2.3. Inquéritos

A avaliação anual da ESCS, dos seus cursos, UC e docentes é realizada fundamentalmente a partir de duas fontes de informação: auscultação dos atores intervenientes no processo (estudantes, novos estudantes, docentes, funcionários não docentes, e diplomados) e da informação fornecida pelo portal académico. A auscultação aos membros da comunidade da ESCS é realizada através de inquéritos anuais, no caso dos novos estudantes, docentes e funcionários não docentes e semestrais no caso dos estudantes. Os indicadores relativos à escola, cursos, UC e docentes são avaliados numa escala de 5 pontos, correspondendo 1 a completamente desadequado e 5 a completamente adequado. Os questionários incluem também perguntas de escolha múltipla, nomeadamente para percepção dos fatores mais valorizados na escolha da ESCS e dos seus cursos.

A tabela 1 mostra a percentagem de participação nos inquéritos anuais no ano letivo 2017-18. Os questionários aos docentes e aos funcionários não docentes estiveram disponíveis para resposta entre julho e setembro de 2018 e pretendem conhecer a percepção dos colaboradores sobre o funcionamento da ESCS e as condições de trabalho oferecidas. O inquérito aos docentes integra, ainda, uma parte relativa à avaliação dos cursos e UC que lecionam. O inquérito aos novos estudantes foi realizado durante o mês de outubro 2017 e o dos diplomados durante maio e junho de 2018. Neste último verifica-se uma maior dificuldade em conseguir taxas de resposta tão elevadas quanto as dos outros participantes.

Tabela 1 – Percentagem de participantes nos inquéritos

Participantes	%
Docentes	65%
Funcionários não docentes	73%
Novos estudantes de licenciatura	51%
Novos estudantes de mestrado	46%
Novos estudantes de pós-graduação	48%
Diplomados das licenciaturas	36%

Diplomados dos mestrados e pós-graduações	35%
-------------------------------------------	-----

Os inquéritos semestrais aos estudantes têm como objetivo a avaliação das UC e dos docentes. A avaliação anual sobre o funcionamento do curso e as condições oferecidas pela ESCS é realizada conjuntamente com a avaliação das UC e dos docentes do 2º semestre.

Como se verifica na tabela 2, as taxas de resposta dos estudantes de licenciatura são sempre mais elevadas nos questionários do 1º semestre, dado que são respondidos em sala de aula, no início do 2º semestre. Os questionários do 2º semestre são respondidos autonomamente pelos estudantes durante as férias de verão (julho a setembro).

Tabela 2 – Percentagem de estudantes de licenciatura que participaram nos inquéritos

Licenciaturas	1º Semestre (%)	2º Semestre (%)
AM	39%	26%
Jornalismo	43%	20%
PM	23%	21%
PM PL	18%	14%
RPCE	37%	36%
RPCE PL	21%	18%

Os inquéritos realizados aos estudantes de mestrado são efetuados na mesma altura dos de licenciatura, mas nunca em sala de aula. As variações na taxa de resposta entre os dois semestres devem-se à disponibilidade dos estudantes (Tabela 3).

Tabela 3 – Percentagem de estudantes de mestrado que participaram nos inquéritos

Mestrados	1º Semestre (%)	2º Semestre (%)
AM	22%	19%
GERP	25%	20%
Jornalismo	12%	12%
PM	17%	22%

A Pós-Graduação em Indústrias e Culturas Criativas não funcionou administrativamente na ESCS durante este ano letivo. Comparativamente aos outros cursos da ESCS, as taxas de resposta nas duas pós-graduações são muito reduzidas (Tabela 4). Na Pós-graduação em BCM responderam 2 estudantes e na de *Storytelling*, não respondeu nenhum estudante em qualquer dos semestres.

Tabela 4 – Percentagem de estudantes de pós-graduação que participaram nos inquéritos

Pós-graduações	1º Semestre (%)	2º Semestre (%)
BCM	6%	10%
<i>Storytelling</i>	0%	0%

2.3.1. Inquérito aos docentes

Relativamente a questões relacionadas com condições de trabalho, clima e apoio institucional podemos concluir que, genericamente e na opinião dos docentes, a ESCS é um bom sítio para trabalhar na medida em que todos os itens foram avaliados entre 3,5 e 4,2 pontos, numa escala de 1 a 5 (Gráfico 1). Ao longo do período estudado tem-se notado uma clara estabilidade na avaliação dos diferentes aspetos, continuando a qualidade das relações humanas, o apoio dos órgãos na gestão de problemas pessoais e profissionais e o espírito de equipa entre os docentes a ser os mais valorizados.



Gráfico 1 – Médias da avaliação da ESCS pelos docentes

74% dos docentes estão satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua profissão (Gráfico 2). Este valor decresceu 9 pontos percentuais de 2015-16 para 2016-17 e subiu agora 3 pontos percentuais relativamente ao ano anterior.

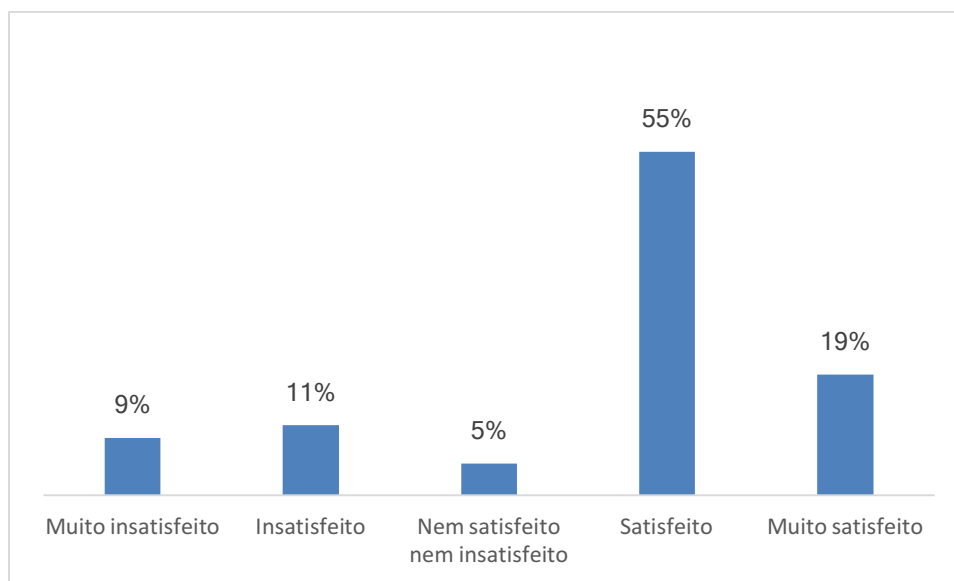


Gráfico 2 – Percentagem de satisfação dos docentes com a sua profissão

2.3.2. Inquérito aos funcionários não docentes

De uma forma geral, os itens respondidos pelos funcionários não docentes sobre as condições de trabalho, clima e apoio institucional foram avaliados de forma muito positiva (Gráfico 3). O item relativo à higiene e limpeza das instalações mantém-se negativo. A avaliação do bar apresenta uma média de 3,0, tendo melhorado relativamente aos anos anteriores. Nos restantes indicadores verificaram-se variações entre 0,1 e 0,2 pontos percentuais relativamente ao ano letivo 2016-17, excepto na qualidade das relações humanas entre os colegas, que decresceu 0,4 pontos percentuais. Este indicador tinha subido 0,5 pontos percentuais de 2015-16 para 2016-17.

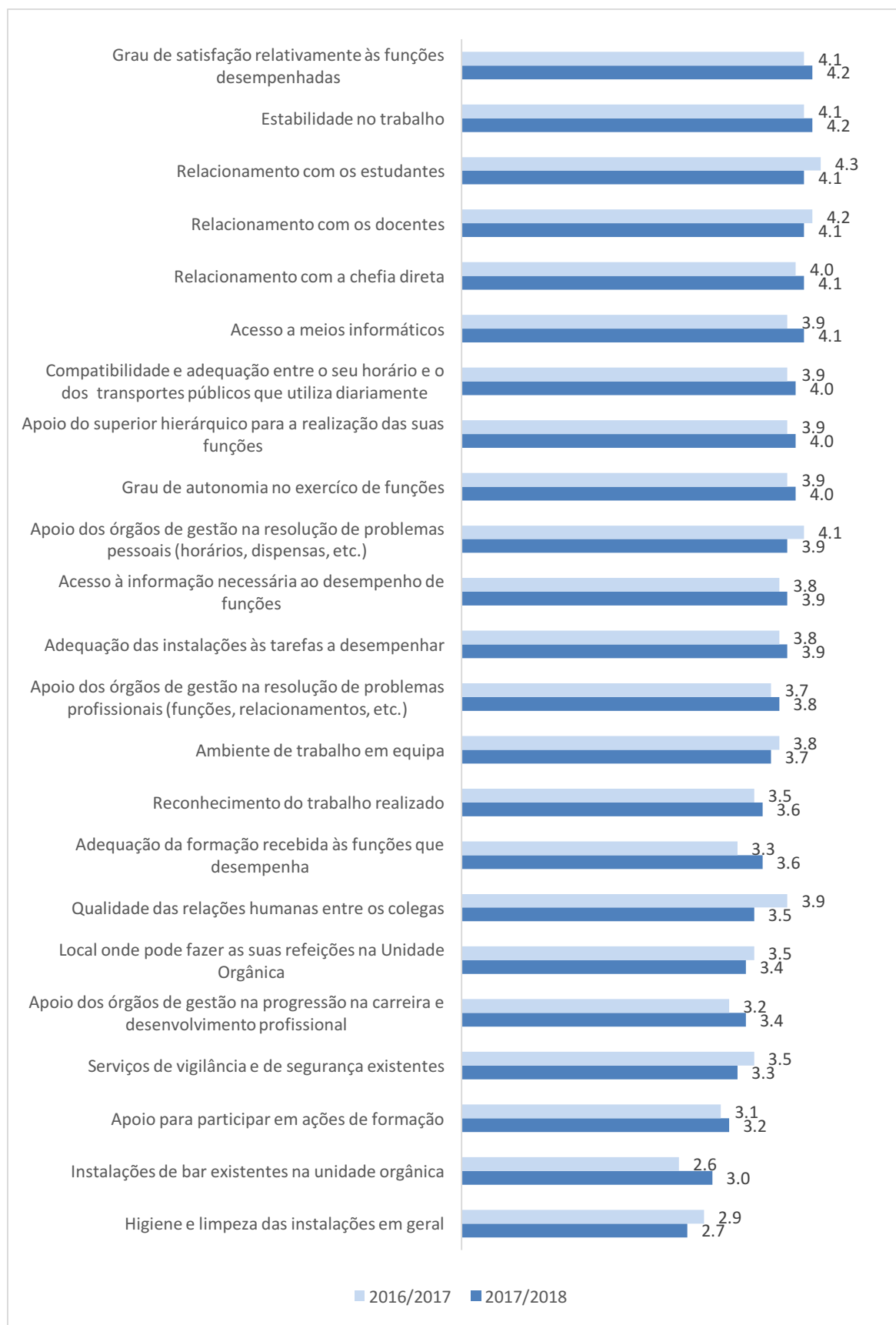


Gráfico 3 – Médias da avaliação da ESCS pelos colaboradores não docentes

91% dos funcionários não docentes dizem-se satisfeitos ou muito satisfeitos com a sua profissão (Gráfico 4). Estes valores aumentaram 18 pontos percentuais relativamente ao ano letivo anterior.

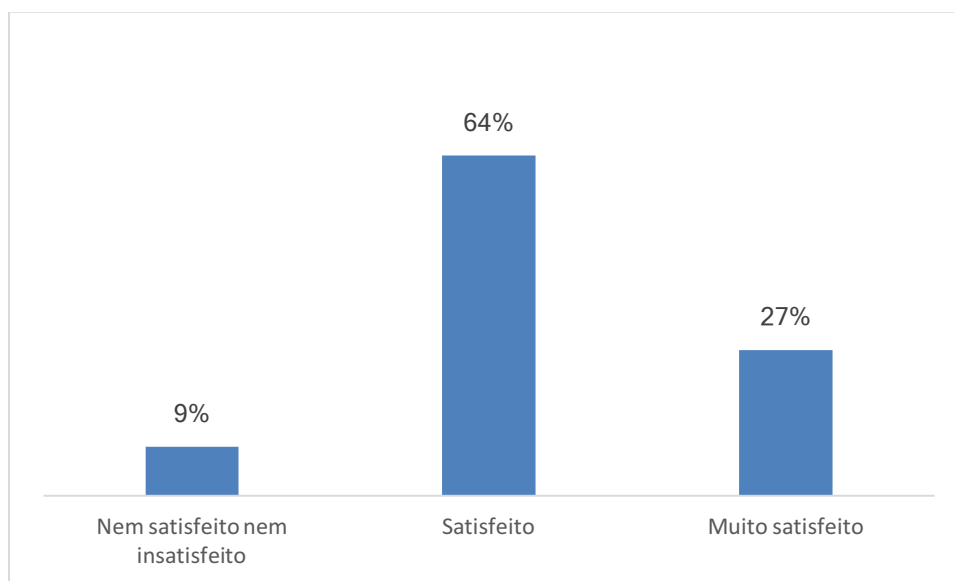


Gráfico 4 – Percentagem de satisfação dos funcionários não docentes com a sua profissão

2.3.3. Inquérito aos estudantes

A informação apresentada neste ponto é recolhida anualmente e está incluída no inquérito de avaliação do 2º semestre.

Estudantes de licenciatura

Os estudantes de licenciatura avaliam satisfatoriamente os serviços da ESCS, exceto a disponibilidade dos locais para trabalhar e estudar, item negativo em quase todos os cursos à semelhança dos anos anteriores. O funcionamento do serviço de bar e refeitório melhorou relativamente a anos anteriores, já só sendo avaliado de forma negativa pelos cursos que funcionam em regime pós-laboral (Tabela 5).

Tabela 5 – Médias da avaliação da ESCS pelos estudantes de licenciatura

Licenciaturas	ESCS	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	3,5	3,5	3,6	3,5	3,6	3,6	3,2
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	2,9	2,8	3,1	2,6	3,1	2,9	2,9
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais, informáticos, audiovisuais)	3,3	2,9	3,6	3,6	3,8	3,2	3,4
Funcionamento dos Serviços Académicos	3,7	3,7	3,7	3,6	3,8	3,5	3,9
Funcionamento da Biblioteca e	3,7	4,0	4,0	3,4	3,0	3,6	3,2

Hemeroteca							
Funcionamento do Bar e Refeitório	3,1	3,0	3,1	3,3	2,4	3,4	2,6

Estudantes de mestrado

À semelhança dos estudantes de licenciatura, também os de mestrado avaliam de forma satisfatória os itens relacionados com os serviços que a ESCS lhes disponibiliza, exceto os aspetos relativos à disponibilidade dos locais para trabalhar e estudar e o serviço de bar e refeitório, itens que nos cursos de GERP e PM obtiveram classificação inferior a 3. Também a disponibilidade de locais de trabalho foi avaliada negativamente pelos estudantes dos cursos de mestrado em GERP e PM. Os estudantes de PM atribuíram ainda classificação negativa ao funcionamento da biblioteca. Notam-se algumas variações entre os cursos, mas globalmente a avaliação é semelhante a anos anteriores e coincidente com a dos estudantes de licenciatura (Tabela 6).

Tabela 6 – Médias da avaliação da ESCS pelos estudantes de mestrado

Mestrados	ESCS	AM	GERP	Jornalismo	PM
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	3,7	4,4	3,3	4,0	3,5
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	3,1	3,8	2,6	3,9	2,7
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais, informáticos, audiovisuais)	3,5	3,6	3,2	4,1	3,3
Funcionamento dos Serviços Académicos	3,6	4,3	3,4	4,1	3,1
Funcionamento da Biblioteca e Hemeroteca	3,3	4,0	3,2	4,0	2,8
Funcionamento do Bar e Refeitório	2,8	3,5	2,9	3,5	1,9

Estudantes de pós-graduação

Só 3 estudantes da Pós-Graduação em BCM responderam ao questionário e só 2 deles classificaram todos os indicadores desta secção (Tabela 7).

Tabela 7 – Médias da avaliação da ESCS pelos estudantes de pós-graduação

Pós-graduações	BCM
Instalações e serviços da Unidade Orgânica	4,3
Disponibilidade de locais para estudar e para trabalhar	3,7
Facilidade no acesso e uso de equipamentos (laboratoriais, informáticos, audiovisuais)	3,5
Funcionamento dos Serviços Académicos	2,5
Funcionamento da Biblioteca e Hemeroteca	3,5
Funcionamento do Bar e Refeitório	4,3

3. ENSINO - APRENDIZAGEM

3.1. Cursos

A avaliação dos cursos é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores.

3.1.1 Licenciaturas

Inquérito aos estudantes

A avaliação dos estudantes às licenciaturas é muito positiva, não havendo grandes diferenças entre os cursos. No entanto, de modo geral e repetindo-se o que tem acontecido nos últimos anos, os estudantes de AM atribuem classificações mais baixas. O indicador com menor classificação é, em todos os cursos excepto em Jornalismo, a organização do horário. Habitualmente, a perceção sobre a organização do horário era negativa na licenciatura em AM, este ano letivo já foi classificada com média de 3 e passou a licenciatura de PM em regime diurno a avaliar negativamente este indicador (Tabela 8).

Tabela 8 – Médias da avaliação dos cursos pelos estudantes de licenciatura

Licenciaturas	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
Plano de estudos do curso	3,4	3,6	3,9	4,2	4,0	3,8
Carga horária global do curso	3,7	3,8	3,8	4,3	3,8	3,7
Organização do horário	3,0	3,5	2,8	3,4	3,5	3,4
Competências teóricas/ técnicas atribuídas pelo curso	3,3	3,9	3,8	4,1	3,9	4,1
Competências práticas atribuídas pelo curso	3,7	3,8	4,0	4,0	4,1	3,8
Coordenação do curso pelo seu responsável	3,5	3,2	3,3	3,8	4,1	4,3
Qualidade geral do curso	3,7	3,9	4,0	4,3	4,2	3,9

Inquérito aos docentes

A opinião dos docentes sobre o funcionamento dos cursos de licenciatura é muito positiva em todos os itens e em todos os cursos, com valores a rondar os quatro pontos, sendo as respostas muito semelhantes entre as quatro licenciaturas (Tabela 9).

Tabela 9 – Médias da avaliação dos cursos pelos docentes de licenciatura

Licenciaturas	AM	Jornalismo	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)
Enquadramento no contexto nacional	4,2	4,3	4,5	4,4	4,3	4,3
Enquadramento no contexto internacional	3,9	4,0	4,1	4,1	4,1	4,0
Adequação às necessidades sociais e/ou de mercado	4,0	4,0	4,3	4,3	4,2	4,1
Monitorização e coordenação do funcionamento do curso	4,1	4,2	4,0	4,2	4,2	4,1
Explicitação dos objectivos do curso e das competências a adquirir pelos estudantes	3,8	4,3	4,4	4,3	4,2	4,2
Organização das unidades curriculares tendo em conta os objectivos do curso	3,8	4,1	4,5	4,4	4,2	4,0
Distribuição dos ECTS pelas diferentes unidades curriculares do curso	4,2	4,2	4,5	4,4	4,2	4,2

Informação dos relatórios de curso

Os resultados das licenciaturas são muito positivos (Tabela 10). As médias de curso são semelhantes entre os cursos e consistentes ao longo dos anos, variando entre 13 de RPCE em regime pós-laboral e 15 de PM em regime diurno. As variações entre os anos letivos refletem o irregular percurso académico dos estudantes. Este ano as diferenças entre os cursos são mais acentuadas na taxa de estudantes que concluem o curso em 3 anos. A licenciatura de RPCE em regime pós-laboral apresenta uma média de 3,8 neste indicador, enquanto no ano letivo anterior apresentava 3,3. Esta diferença poderá ser explicada pelo aumento do número de licenciados do curso que passou de 26 em 2016-17 para 37 em 2017-18, dos quais 16 demoraram mais de 3 anos a concluir a licenciatura. Este aumento no número de diplomados influenciou também a taxa de aprovação do curso, que aumentou muito relativamente aos anos anteriores. A licenciatura em AM apresenta também um grande aumento no número de diplomados comparativamente aos anos anteriores, refletindo-se num aumento da taxa de aprovação e decréscimo da média de conclusão em 3 anos.

Tabela 10 – Indicadores relativos aos resultados dos estudantes de licenciatura

	Nº de diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 3 anos**	Taxa de aprovação*	Nº de anos para conclusão
AM	92	14	67%	70%	3,5
Jornalismo	49	14	86%	78%	3,4
PM	56	15	84%	74%	3,2
PM PL	28	14	71%	78%	3,4
RPCE	52	14	71%	69%	3,6
RPCE PL	37	13	57%	80%	3,8

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de estudantes diplomados e o n.º de estudantes inscritos no 3.º ano.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de estudantes diplomados e o n.º de estudantes diplomados com 3 matrículas (no máximo)

3.1.2. Mestrados

Tal como nas licenciaturas, a avaliação dos cursos de mestrado é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores.

Inquérito aos estudantes

Como vem sendo habitual, os estudantes do mestrado em AM fazem uma avaliação menos positiva do curso, comparativamente aos outros estudantes de mestrado, embora este ano letivo já não se verifiquem valores negativos em nenhum dos indicadores (Tabela 11).

Tabela 11 – Médias da avaliação dos cursos pelos estudantes de mestrado

Mestrados	AM	GERP	Jornalismo	PM
Plano de estudos do curso	3,1	3,8	4,1	3,9
Carga horária global do curso	3,5	3,5	3,9	4,2
Organização do horário	4,0	4,2	3,9	3,8
Competências teóricas/ técnicas atribuídas pelo curso	3,4	3,8	3,9	3,7
Competências práticas atribuídas pelo curso	3,1	3,5	3,7	3,9
Coordenação do curso pelo seu responsável	3,5	3,7	4,1	3,6
Qualidade geral do curso	3,6	3,8	4,0	4,0

Inquérito aos docentes

A opinião dos docentes sobre o funcionamento dos cursos de mestrado é muito positiva em todos os itens e em todos os cursos. O indicador com avaliação global mais baixa é o enquadramento dos cursos no contexto internacional. Não há diferenças a salientar relativamente ao ano letivo anterior (Tabela 12).

Tabela 12 – Médias da avaliação dos cursos pelos docentes de mestrado

Mestrados	AM	GERP	Jornalismo	PM
Enquadramento no contexto nacional	4,1	4,2	4,3	4,7
Enquadramento no contexto internacional	3,6	3,4	3,9	3,8
Adequação às necessidades sociais e/ou de mercado	3,9	3,8	4,1	4,4
Monitorização e coordenação do funcionamento do	3,8	3,9	4,4	4,8

curso				
Explicitação dos objectivos do curso e das competências a adquirir pelos estudantes	3,9	4,0	4,4	4,6
Organização das unidades curriculares tendo em conta os objectivos do curso	3,9	4,1	4,1	4,7
Distribuição dos ECTS pelas diferentes unidades curriculares do curso	4,4	4,4	4,3	4,5

Informação dos relatórios de curso

Nos cursos de mestrado, no ano letivo 2017-18, há grandes discrepâncias entre os cursos, excepto na classificação média e na média de anos para conclusão do curso. O mestrado em PM apresenta uma média de anos de conclusão do curso inferior a 2 anos devido aos estudantes da pós-graduação em BCM que ingressam no segundo ano do curso. As variações entre os anos letivos refletem o irregular percurso académico dos estudantes. A média de curso tem variado entre 15 e 16 ao longo dos anos, sendo que este ano o curso de AM apresenta uma média de 17 valores, para os 5 diplomados que terminaram o curso. O mestrado em PM continua a ter o maior número de diplomados à semelhança dos anos anteriores (Tabela 13).

Tabela 13 – Indicadores relativos aos resultados dos estudantes de mestrado

	Nº de Diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 2 anos**	Taxa de aprovação*	Nº de anos para conclusão
AM	5	17	100%	18%	2,0
GERP	14	16	79%	40%	2,2
Jornalismo	14	15	93%	42%	2,1
PM	23	16	87%	55%	1,9

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de estudantes diplomados e o n.º de estudantes inscritos no 2.º ano.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de estudantes diplomados e o n.º de estudantes diplomados com 2 matrículas (no máximo)

3.1.3. Pós-graduações

A avaliação dos cursos é realizada anualmente pelos estudantes (incluída no questionário de avaliação do 2º semestre) e pelos docentes. Este ponto inclui, ainda, informação dos relatórios de curso, produzidos pelos respetivos coordenadores.

Inquérito aos estudantes

A avaliação da Pós-Graduação em BCM apresenta valores elevados, mas lembra-se que só responderam 2 estudantes (Tabela 14).

Tabela 14 – Médias da avaliação dos cursos pelos estudantes de pós-graduação

Pós-graduações	BCM
Plano de estudos do curso	4,3
Carga horária global do curso	4,0
Organização do horário	4,0
Competências teóricas/ técnicas atribuídas pelo curso	4,0
Competências práticas atribuídas pelo curso	4,0
Coordenação do curso pelo seu responsável	4,3
Qualidade geral do curso	4,0

Inquérito aos docentes

A avaliação feita pelos docentes que lecionam nas pós-graduações é também muito positiva (Tabela 15).

Tabela 15 – Médias da avaliação dos cursos pelos docentes de pós-graduação

Pós-graduações	BCM	<i>Storytelling</i>
Enquadramento no contexto nacional	4,6	4,3
Enquadramento no contexto internacional	4,4	3,9
Adequação às necessidades sociais e/ou de mercado	4,5	4,3
Monitorização e coordenação do funcionamento do curso	4,5	4,5
Explicitação dos objectivos do curso e das competências a adquirir pelos estudantes	4,2	4,1
Organização das unidades curriculares tendo em conta os objectivos do curso	4,4	3,9
Distribuição dos ECTS pelas diferentes unidades curriculares do curso	4,6	4,0

Informação dos relatórios de curso

Este ano letivo, a Pós-Graduação em ICC não funcionou administrativamente na ESCS. As outras duas pós-graduações apresentam excelentes indicadores do sucesso dos estudantes e semelhantes a anos anteriores (Tabela 16).

Tabela 16 – Indicadores relativos aos resultados dos estudantes de pós-graduação

	Nº de Diplomados	Média	Percentagem de conclusão em 1 ano**	Taxa de aprovação*	Nº de anos para conclusão
--	---------------------	-------	-------------------------------------------	-----------------------	---------------------------------

BCM	31	15	97%	97%	1
<i>Storytelling</i>	10	17	100%	83%	1

(*) Taxa correspondente à relação entre o n.º de estudantes diplomados e o n.º de estudantes inscritos.

(**) Taxa correspondente à relação entre o n.º total de estudantes diplomados e o n.º de estudantes diplomados com 1 matrícula (no máximo).

3.2. UC e docentes

3.2.1. Licenciaturas

As UC e os docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm, além de outros aspetos, a informação dada pelos responsáveis das UC e pelos estudantes em Comissão Pedagógica dos cursos.

Inquérito aos estudantes

A avaliação que os estudantes das licenciaturas fazem das UC do curso é positiva com valores médios, em termos globais, entre 3,4 e 4,0 (Tabela 17). Pelo menos metade das UC, em todos os cursos e em cada semestre, tem classificação igual a 4 ou superior, excepto RPCE em regime diurno com 48% no 1º semestre (Tabela 18).

Tabela 17 – Médias da avaliação das UC pelos estudantes de licenciatura

UC	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
A minha motivação para a UC	3,4	3,5	3,5	3,9	3,4	3,8
A minha prestação global nesta UC	3,6	3,6	3,8	3,8	3,5	3,8
A relação entre o nº total de ECTS e o nº de horas de trabalho exigidas pela UC	3,4	3,6	3,6	3,8	3,5	3,8
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,5	3,6	3,8	3,8	3,5	3,8
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	3,5	3,6	3,8	3,9	3,4	3,8
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,5	3,6	3,6	3,8	3,6	3,8
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,5	3,5	3,6	3,7	3,4	3,8
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da UC	3,6	3,7	3,8	3,9	3,7	4,0
As metodologias de avaliação da UC	3,5	3,6	3,7	3,8	3,5	3,9

Funcionamento global da UC	3,5	3,6	3,7	3,8	3,5	3,9
----------------------------	-----	-----	-----	-----	-----	-----

Tabela 18 – Percentagem de UC com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
UC	1º semestre	2º semestre
AM	54	52
Jornalismo	52	61
PM	65	61
PM PL	63	62
RPCE	48	57
RPCE PL	62	70

A avaliação que os estudantes das licenciaturas fazem dos docentes é também muito positiva, com valores médios entre 3,4 e 4,6, sendo o aspecto com classificação mais baixa a capacidade dos docentes para motivar os estudantes. Valores semelhantes a outros anos já analisados (Tabela 19). A percentagem de docentes com classificação igual ou superior a 4 valores é maior no 1º semestre em todos os cursos (Tabela 20).

Tabela 19 – Médias da avaliação dos docentes pelos estudantes de licenciatura

Docentes	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
Pontualidade do docente	4,2	4,1	4,2	4,4	4,0	4,6
Grau de exigência do docente	3,9	4,0	4,1	4,3	4,0	4,4
Capacidade do docente para relacionar a UC com os objetivos do curso	4,0	4,0	4,1	4,1	3,8	4,3
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,2	4,2	4,3	4,2	4,2	4,6
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	3,8	3,8	3,9	3,9	3,7	4,2
Domínio dos conteúdos programáticos	4,3	4,3	4,4	4,4	4,2	4,6
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	3,8	3,9	4,1	4,0	3,9	4,3
Relação do docente com os seus alunos	3,8	3,7	4,0	4,0	3,7	4,2
Capacidade para motivar os alunos	3,5	3,5	3,6	3,7	3,4	3,9
Qualidade geral da atuação do docente	3,8	3,8	4,0	4,0	3,8	4,2

Tabela 20 – Percentagem de docentes com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
Docentes	1º semestre	2º semestre

AM	62	51
Jornalismo	61	48
PM	74	50
PM PL	66	46
RPCE	62	56
RPCE PL	72	58

Inquérito aos docentes

A avaliação que os docentes fazem do funcionamento das UC é muito positiva e semelhante entre as várias licenciaturas. A avaliação é semelhante à de anos anteriores, mantendo-se uma clara diferenciação na avaliação dos aspectos relativos aos estudantes, com classificação mais baixa, e os relativos às características das UC (Tabela 21).

Tabela 21 – Médias da avaliação das UC pelos docentes de licenciatura

Licenciaturas	AM	Jornalismo	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)
Regime de frequência praticado	4,1	4,3	4,3	4,3	4,2	4,2
Regime de avaliação praticado	4,1	4,3	4,3	4,3	4,3	4,2
Número de ECTS da uc que ministra	4,3	4,2	4,5	4,6	4,3	4,1
Preparação académica manifestada pelos estudantes no início da frequência da sua uc	3,0	3,3	3,6	3,4	3,5	3,5
Motivação e aplicação dos estudantes nas tarefas de aprendizagem	3,4	3,6	4,0	3,8	3,6	3,7
Qualidade dos elementos de avaliação apresentados pelos estudantes	3,6	3,8	4,1	3,9	3,8	3,8

Informação dos relatórios de curso

A informação fornecida pelos docentes responsáveis das UC é muito positiva em todas as licenciaturas, com praticamente todas a serem avaliadas na maioria dos critérios com 4 ou 5, numa escala de 5 pontos (Tabela 22).

Tabela 22 – Número de UC avaliadas pelos docentes responsáveis e respetiva classificação

Licenciaturas	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
Nº total de UC avaliadas	39	33	47	46	46	46
Nº de UC com avaliação global positiva (4 ou 5)	35	29	43	42	38	39
Nº de UC com avaliação global negativa (1 ou 2)	0	0	0	0	0	0

A informação disponibilizada pelos estudantes nas reuniões da Comissão Pedagógica das licenciaturas, em termos globais, foca como aspetos positivos a disponibilidade dos docentes no acompanhamento dos trabalhos, o cumprimento do regime de avaliação adotado e a importância dos profissionais convidados e das visitas de estudo. Os pontos negativos continuam a ser a falta de resposta em tempo

útil relativamente aos diferentes momentos de avaliação por parte de alguns docentes e práticas de ensino das UC de carácter teórico pouco motivadoras. Os estudantes do curso de RPCE em regime pós-laboral apontaram ainda como aspeto negativo o horário de atendimento dos serviços da ESCS.

3.2.2. Mestrados

As UC e os docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm, entre outros aspetos, informação dada pelos responsáveis das UC e pelos estudantes em Comissão Pedagógica dos cursos.

Inquérito aos estudantes

A avaliação que os estudantes dos mestrados fazem das UC do curso é positiva com valores médios, em termos globais entre 3,5 e 4,0. Valores muito semelhantes aos do ano anterior, excepto no mestrado em PM, onde se verifica a descida de todos os indicadores entre 0,2 a 0,3 pontos percentuais (Tabela 23). Também com excepção do mestrado em PM, há maior percentagem de UC com classificação igual ou superior a 4 no segundo semestre (Tabela 24).

Tabela 23 – Médias da avaliação das UC pelos estudantes de mestrado

UC	AM	GERP	Jornalismo	PM
A minha motivação para a UC	4,0	3,7	3,8	3,8
A minha prestação global nesta UC	3,8	3,9	3,8	3,9
A relação entre o nº total de ECTS e o nº de horas de trabalho exigidas pela UC	3,8	3,7	3,5	3,8
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,9	3,7	3,6	3,7
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	4,0	3,7	3,9	3,8
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,9	3,6	3,8	3,6
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,8	3,7	3,7	3,7
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da UC	4,0	3,8	3,9	3,7
As metodologias de avaliação da UC	3,8	3,7	3,6	3,7
Funcionamento global da UC	3,9	3,8	3,8	3,6

Tabela 24 – Percentagem de UC com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
UC	1º semestre	2º semestre
AM	64	71

GERP	56	75
Jornalismo	52	58
PM	65	64

A avaliação que os estudantes dos mestrados fazem dos docentes é muito positiva, com valores médios entre 3,7 e 4,4. Valores muito semelhantes aos do ano letivo anterior, novamente com ligeira descida dos indicadores no mestrado em PM (Tabela 25). Também no caso dos docentes, há maior percentagem de classificações igual ou superior a 4 no segundo semestre, com excepção do mestrado em PM (Tabela 26).

Tabela 25 – Médias da avaliação dos docentes pelos estudantes de mestrado

Docentes	AM	GERP	Jornalismo	PM
Pontualidade do docente	4,4	4,3	4,5	4,1
Grau de exigência do docente	4,2	4,2	4,3	3,9
Capacidade do docente para relacionar a UC com os objetivos do curso	4,2	4,0	4,3	4,0
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,3	4,3	4,6	4,0
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	4,1	3,9	4,3	3,8
Domínio dos conteúdos programáticos	4,3	4,3	4,6	4,1
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	4,1	4,2	4,4	3,9
Relação do docente com os seus alunos	4,1	4,1	4,3	3,9
Capacidade para motivar os alunos	3,9	3,8	4,2	3,7
Qualidade geral da atuação do docente	4,2	4,0	4,3	3,9

Tabela 26 – Percentagem de docentes com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
Docentes	1º semestre	2º semestre
AM	75	83
GERP	62	89
Jornalismo	70	87
PM	77	57

Inquérito aos docentes

A avaliação que os docentes fazem do funcionamento das UC é muito positiva, sendo a preparação académica dos estudantes o aspeto pior classificado em todos os cursos. No mestrado em Jornalismo a motivação dos estudantes e a qualidade dos seus elementos de avaliação têm classificações inferiores a 3,5 (Tabela 27).

Tabela 27 – Médias da avaliação das UC pelos docentes de mestrado

Mestrados	AM	GERP	Jornalismo	PM
Regime de frequência praticado	4,3	4,6	4,3	4,7
Regime de avaliação praticado	4,3	4,3	4,3	4,6
Número de ECTS da uc que ministra	4,4	4,6	4,6	4,8
Preparação académica manifestada pelos estudantes no início da frequência da sua uc	3,3	3,1	3,0	4,0
Motivação e aplicação dos estudantes nas tarefas de aprendizagem	3,5	3,9	3,4	4,2
Qualidade dos elementos de avaliação apresentados pelos estudantes	3,9	3,8	3,3	4,3

Informação dos relatórios de curso

A avaliação que os docentes responsáveis fazem do funcionamento das UC é muito positiva (Tabela 28).

Tabela 28 – Número de UC avaliadas pelos docentes responsáveis e respetiva classificação

Mestrados	AM	GERP	Jornalismo	PM
Nº total de UC avaliadas	16	17	10	16
Nº de UC com avaliação global positiva (4 ou 5)	14	14	9	16
Nº de UC com avaliação global negativa (1 ou 2)	0	0	0	0

A informação disponibilizada pelos estudantes nas reuniões da Comissão Pedagógica dos cursos de mestrado, em termos globais, foca como aspetos muito positivos a disponibilidade e empenho dos docentes e a importância da componente prática dos cursos. O ponto negativo continua a ser a quantidade de momentos de avaliação em algumas UC e a falta de resposta em tempo útil relativa aos diferentes momentos de avaliação por parte de alguns docentes.

3.2.3. Pós-graduações

As UC e os docentes que as lecionam são avaliados pelos estudantes no final de cada semestre. Os relatórios de curso contêm, entre outros aspetos, informação dada pelos responsáveis das UC e pelos estudantes em Comissão Pedagógica dos cursos.

Inquérito aos estudantes

A avaliação que os estudantes fazem das UC da Pós-Graduação em BCM é positiva com valores médios, em termos globais, entre 3,4 e 4,0 (Tabela 29). Destaca-

se ainda a taxa elevada de UC com classificação igual ou superior a 4 (Tabela 30). A informação apresentada resulta de 4 respostas.

Tabela 29 – Médias da avaliação das UC pelos estudantes de licenciatura

UC	BCM
A minha motivação para a UC	4,0
A minha prestação global nesta UC	3,9
A relação entre o nº total de ECTS e o nº de horas de trabalho exigidas pela UC	3,8
Ligação com outras unidades curriculares deste curso	3,9
Contributo para aquisição de competências associadas ao curso	4,0
Qualidade dos documentos e material disponibilizado	3,4
A coordenação entre as componentes teórica-prática	3,7
Coerência entre as atividades propostas e os objetivos da UC	4,0
As metodologias de avaliação da UC	3,7
Funcionamento global da UC	3,8

Tabela 30 – Percentagem de UC com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
UC	1º semestre	2º semestre
BCM	75	64

A avaliação que os estudantes fazem dos docentes é muito positiva, com valores médios entre 3,7 e 4,1 (Tabela 31) e também uma taxa elevada de docentes com classificação igual ou superior a 4 (Tabela 32).

Tabela 31 – Médias da avaliação dos docentes pelos estudantes de pós-graduação

Docentes	BCM
Pontualidade do docente	4,0
Grau de exigência do docente	4,0
Capacidade do docente para relacionar a UC com os objetivos do curso	3,9
Cumprimento das regras de avaliação definidas	4,0
Clareza de exposição por parte do docente em sala de aula	4,1
Domínio dos conteúdos programáticos	4,1
Disponibilidade e apoio do docente fora das aulas	3,7
Relação do docente com os seus alunos	3,8
Capacidade para motivar os alunos	3,7

Qualidade geral da atuação do docente	4,0
---------------------------------------	-----

Tabela 32 – Percentagem de docentes com classificação igual ou superior a 4

Curso	% de UC com classificação igual ou superior a 4	
Docentes	1º semestre	2º semestre
BCM	67	72

Inquérito aos docentes

A avaliação que os docentes fazem do funcionamento das UC é muito positivo (Tabela 33).

Tabela 33 – Médias da avaliação das UC pelos docentes de pós-graduação

Pós-graduações	BCM	<i>Storytelling</i>
Regime de frequência praticado	4,5	3,9
Regime de avaliação praticado	4,5	4,1
Número de ECTS da uc que ministra	4,6	4,3
Preparação académica manifestada pelos estudantes no início da frequência da sua uc	4,1	3,9
Motivação e aplicação dos estudantes nas tarefas de aprendizagem	4,3	4,3
Qualidade dos elementos de avaliação apresentados pelos estudantes	4,1	4,1

Informação dos relatórios de curso

A avaliação que os docentes fazem das UC é muito positiva. (Tabela 34).

Tabela 34 – Número de UC avaliadas pelos docentes responsáveis e respetiva classificação

Pós-graduações	BCM	<i>Storytelling</i>
Nº total de UC avaliadas	9	8
Nº de UC com avaliação global positiva (4 ou 5)	7	6
Nº de UC com avaliação global negativa (1 ou 2)	0	0

Nas reuniões das Comissões Pedagógicas dos cursos de Pós-Graduação em BCM e *Storytelling*, os estudantes apontam aspetos muito positivos como, a atuação dos docentes, quer relativamente aos métodos de ensino e avaliação, quer à sua disponibilidade, a boa coordenação entre as componentes teórica e prática, os conteúdos das diferentes UC e a participação de profissionais das áreas dos cursos.

3.3. Novos estudantes

Relativamente à primeira fase de colocação dos estudantes no ensino superior, a ESCS obteve, mais uma vez, um resultado muito positivo. Concorreram 3374 candidatos para as 330 vagas dos cursos de licenciatura, ou seja, o número de candidatos foi 10 vezes superior ao número de vagas, tendo aumentado relativamente aos anos anteriores. A ESCS continua a ter uma alta taxa de colocação de estudantes que escolheram as licenciaturas em primeira opção. Nos cursos em regime pós-laboral, a percentagem de estudantes colocados em primeira opção é mais baixa, mas tal como em anos anteriores, muitos destes estudantes colocam o mesmo curso ou outros cursos da ESCS em regime diurno em primeira opção. A nota do último colocado continua próxima dos 15 valores no regime diurno e acima de 14 valores no regime pós-laboral. Este ano letivo verificou-se uma subida da média em todos os cursos relativamente ao ano anterior e uma aproximação das médias do regime pós-laboral ao diurno. É de salientar a subida dos valores de todos os indicadores da licenciatura em PM em regime diurno e pós-laboral e em RPCE em regime pós-laboral (Tabela 35).

Tabela 35 – Indicadores relativos à procura das licenciaturas

Curso	Vagas	Nº de candidatos	Candidatos em 1ª opção	Índice de Satisfação de Procura	Colocados	Candidatos colocados em 1ª opção	Candidatos colocados em 1ª opção (%)	Média
AM	90	524	226	251%	90	61	68%	148,0
Jornalismo	60	723	146	243%	61	32	53%	151,0
PM	60	840	284	473%	60	51	85%	154,0
RPCE	60	653	118	197%	61	29	48%	147,5
PM-PL	30	359	45	150%	30	6	20%	144,5
RPCE-PL	30	275	32	107%	30	8	27%	140,5

Nos cursos de mestrado, o número de candidatos continua a ser superior às vagas disponíveis na ESCS, em especial no curso de PM. O mesmo aconteceu na Pós-Graduação em BCM. Só nos cursos de GERP e BCM se inscreveram todos os candidatos colocados (Tabela 36).

Tabela 36 – Indicadores relativos à procura dos mestrados e pós-graduações

	Vagas	Candidatos	Colocados	Inscritos
AM	30	45	30	28
GERP	30	62	34	34
Jornalismo	30	50	33	29
PM	30	107	35	29
BCM	30	41	32	32
<i>Storytelling</i>	25	19	19	10

3.3.1. Inquérito aos novos estudantes de licenciatura

Participaram no inquérito 186/367 (51%) novos estudantes de licenciatura, com a seguinte percentagem por curso (Tabela 37):

Tabela 37 – Taxa de resposta por curso

	AM	Jornalismo	PM	PM_pl	RPCE	RPCE_pl
%	43	73	42	24	71	25

Caracterização dos estudantes

Cerca de 60 % dos novos estudantes das licenciaturas da ESCS são originários do distrito de Lisboa e 35% estão deslocados da sua residência habitual enquanto frequentam a ESCS. 44% dos estudantes não têm qualquer bolsa de estudo e 32% pensam ainda requerer. Como tem vindo a ser hábito nos cursos de licenciatura, menos de 10% dos novos estudantes já possui uma atividade profissional. A percentagem é de 12,5% nos cursos em regime pós-laboral e 14% na licenciatura em AM.

Preferência entre os dois subsistemas de ensino: universitário e politécnico

O facto de a ESCS pertencer ao sub-sistema de Ensino Superior Politécnico não pesou na escolha para 44% dos participantes no inquérito. 38% ponderou os dois sub-sistemas, mas as diferenças não determinaram a escolha (Gráfico 5).

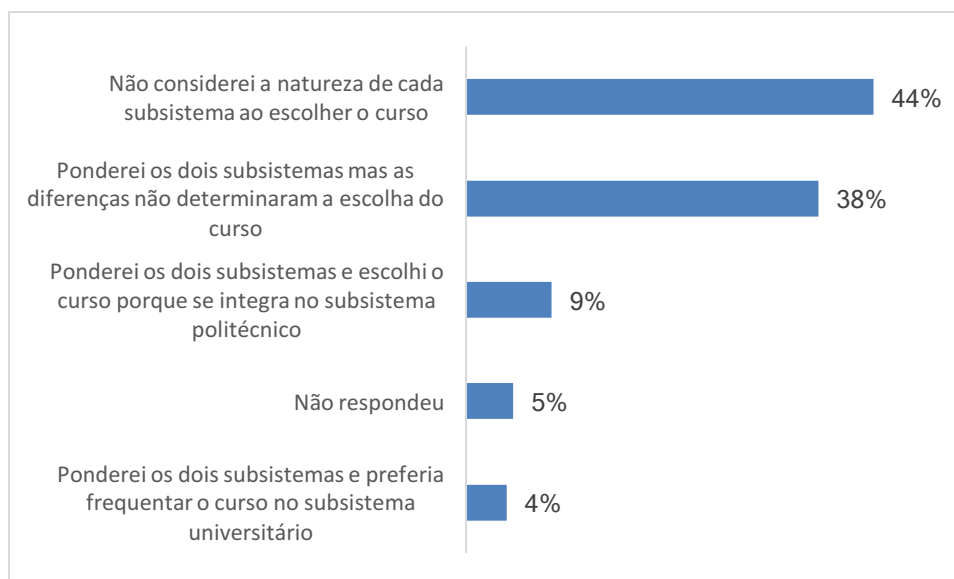


Gráfico 5 – Percentagem relativa à preferência entre os dois subsistemas: universitário e politécnico

Razões de escolha do curso

As principais razões apontadas para a escolha do curso mantêm-se ao longo do período estudado: a vocação, a componente prática do curso e as suas saídas profissionais (Gráfico 6).

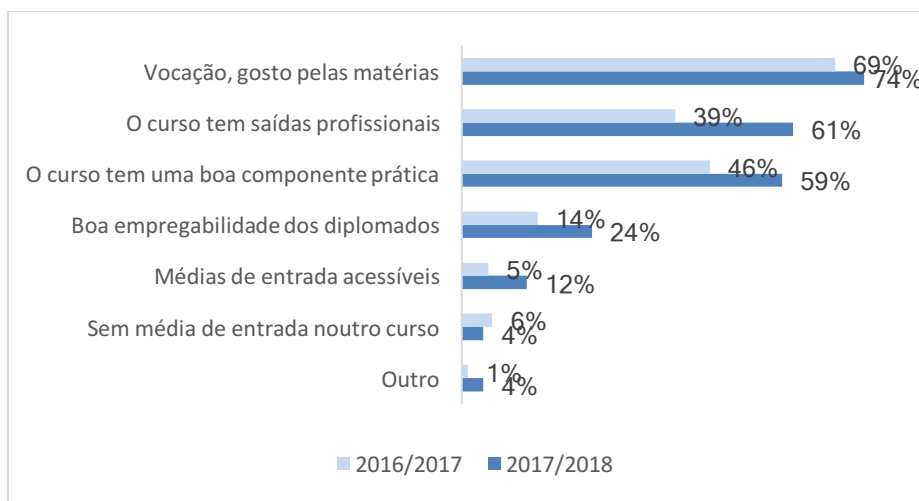


Gráfico 6 – Percentagem de fatores de escolha do curso

Motivos de escolha da ESCS

Também as principais razões de escolha da ESCS se mantêm: o prestígio da escola, a qualidade da vida académica e a sua localização (Gráfico 7).

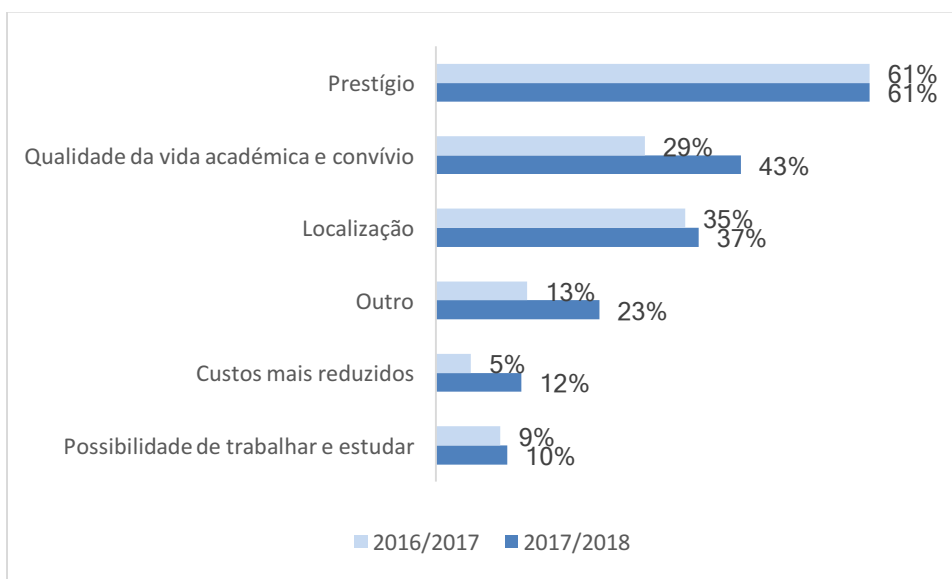


Gráfico 7 – Percentagem de fatores de escolha da ESCS

Conhecimento da existência do curso

Os meios de tomada de conhecimento do curso também continuam a ser os mesmos de anos anteriores, ou seja, a opinião de amigos e familiares, o *site* da ESCS e a informação disponibilizada pelo MCTES e em feiras e fóruns (Gráfico 8).



Gráfico 8 – Percentagem de fatores relativos ao conhecimento do curso

Fatores considerados na escolha do curso

A informação considerada na escolha do curso também se mantém semelhante a anos anteriores, num primeiro plano, o *site* da ESCS e a opinião de familiares e amigos e num segundo, a participação da ESCS em feiras e fóruns e a visita à escola (Gráfico 9).

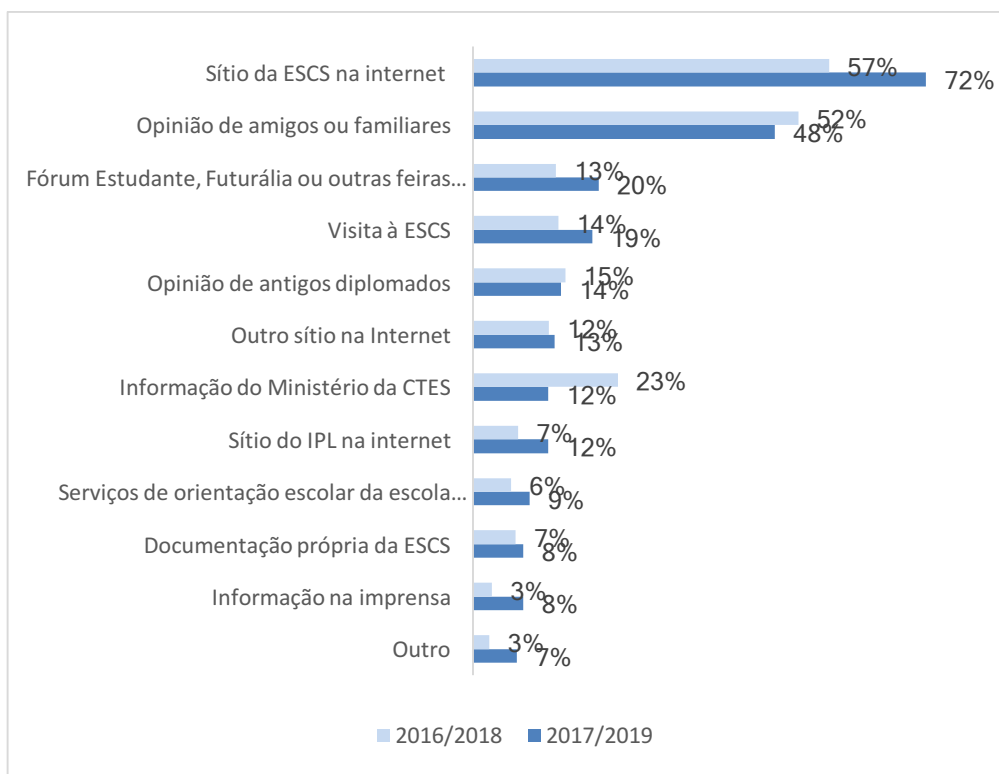


Gráfico 9 – Percentagem de fatores relativos à tomada de decisão sobre a escolha do curso

Características que a ESCS deve privilegiar

No caso das características a privilegiar na escola, a ordem de escolha também se mantém relativamente aos anos anteriores, como sejam, a qualidade do corpo docente, o prestígio da ESCS, a garantia de saídas profissionais e boas infraestruturas (Gráfico 10).

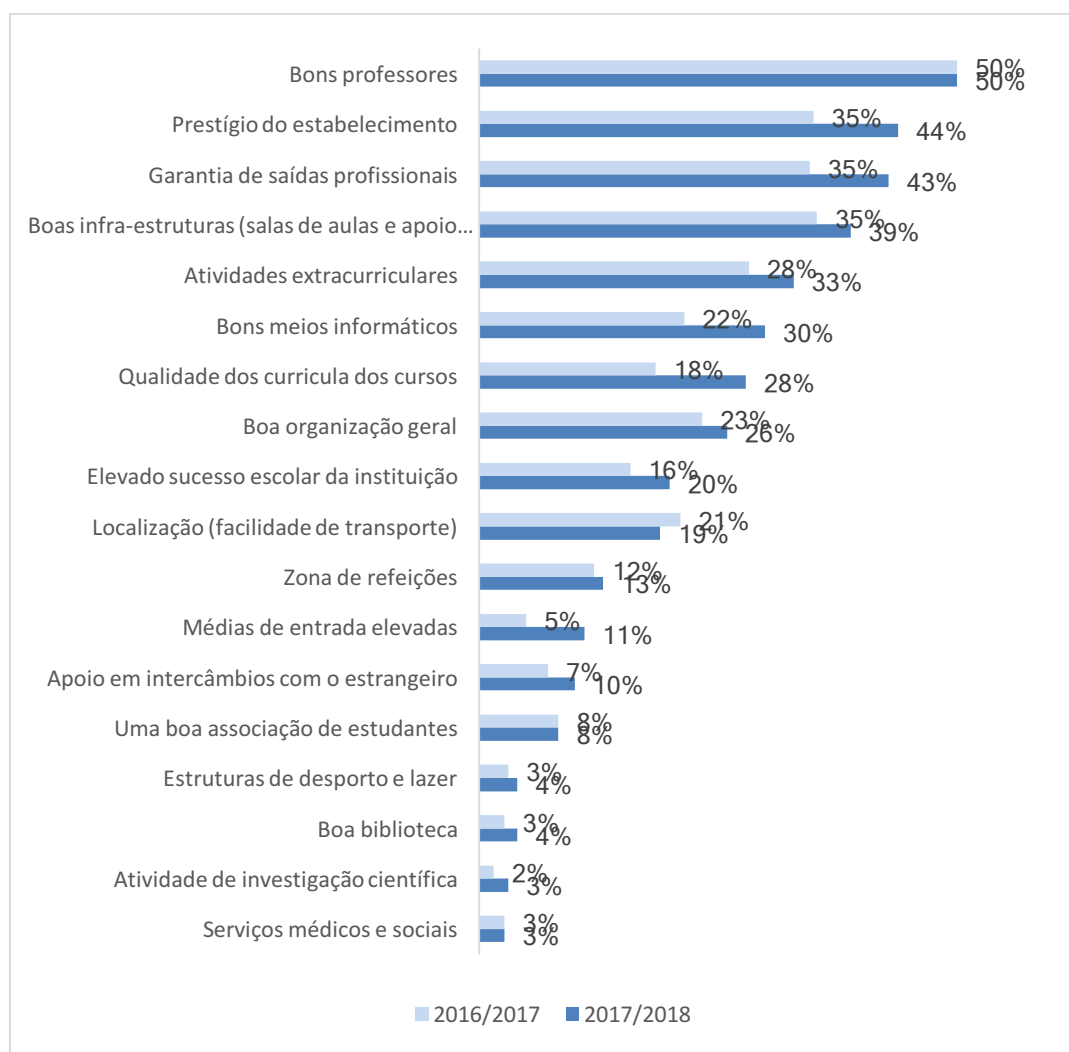


Gráfico 10 – Características a privilegiar na ESCS

3.3.2. Inquérito aos novos estudantes de mestrado

Participaram no inquérito 55/120 (46%) novos estudantes de mestrado, com a seguinte percentagem por curso (Tabela 38):

Tabela 38 – Taxa de resposta por curso

	AM	GERP	Jornalismo	PM
%	32	50	52	46

Caracterização dos estudantes

Cerca de 64% dos novos estudantes dos cursos de mestrado do ESCS são originários do distrito de Lisboa e 47% estão deslocados da sua residência habitual

enquanto frequentam a ESCS. 49% dos novos estudantes possuem uma atividade profissional, sendo que 29% pensa pedir o estatuto de trabalhador-estudante. A percentagem de estudantes com atividade profissional varia entre os cursos, de acordo com o gráfico em baixo (Gráfico 11).

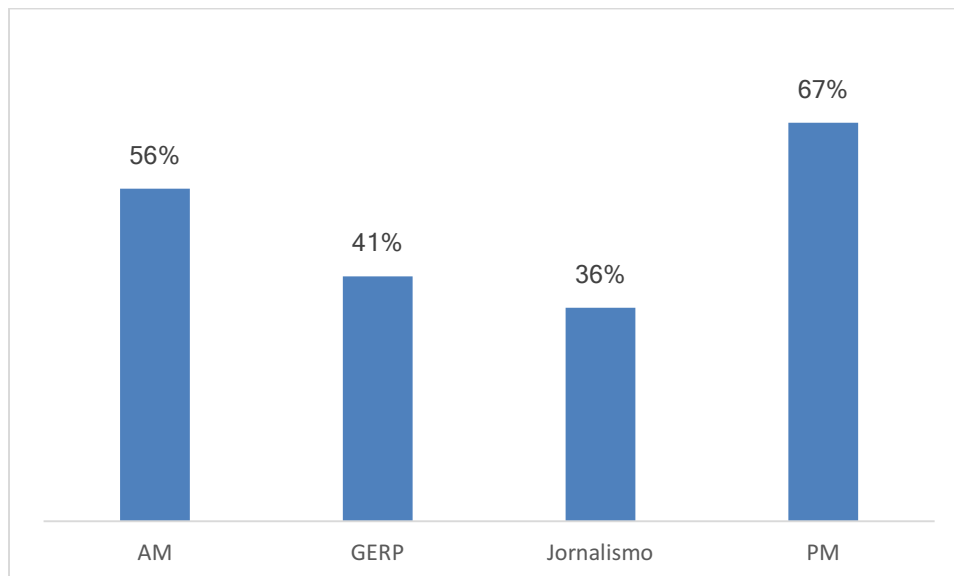


Gráfico 11 – Percentagem de estudantes com atividade profissional por curso

A grande maioria dos estudantes (91%) não tem outra formação académica além da licenciatura. Nota-se também neste aspecto variações por curso, tendo 11% dos estudantes de AM e 12% dos de GERP respondido que já possuem uma pós-graduação, enquanto nos outros 2 cursos nenhum dos estudantes que participaram no inquérito, referiu qualquer formação além da licenciatura.

Dos novos estudantes que responderam ao questionário só 6 referiram que o curso que frequentam não foi a sua primeira escolha, sendo que para 3 deles a primeira escolha foi outro curso de mestrado na ESCS.

Relativamente às razões para continuar a estudar, os estudantes de mestrado da ESCS apontam aspectos relativos à intenção de adquirir novos conhecimentos e competências e o valor da formação ao longo da vida (Gráfico 12).



Gráfico 12 – Percentagem de fatores para realização do mestrado

Trabalho final de mestrado

Relativamente ao tipo de trabalho a desenvolver no final dos cursos de mestrado, 35% dos estudantes de mestrado dizem que ainda não sabem ou não decidiram (Gráfico 13). Na análise por curso: 33% dos estudantes de AM pretendem realizar uma dissertação e 22% realizar um trabalho de projeto, em GERP 47% pretendem realizar uma dissertação, em Jornalismo 57% estão interessados em realizar um relatório de estágio e em PM 47% pretendem realizar uma dissertação e outros 20%, um trabalho de projeto (Tabela 39).

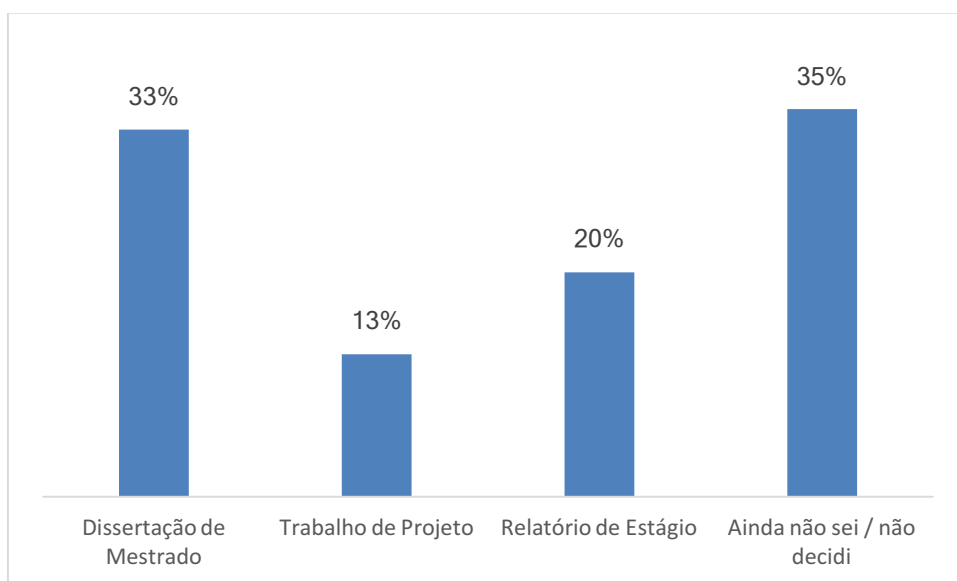


Gráfico 13 – Percentagem de estudantes relativa à intenção de realizar o trabalho final

Tabela 39 – Percentagem por curso

	AM	GERP	Jornalismo	PM
Dissertação	33%	47%		47%
Trabalho de projeto	22%	6%	7%	20%
Relatório de Estágio	11%	12%	57%	
Ainda não sei / não decidi	33%	35%	36%	33%

Razões da escolha do curso

Nas razões para a realização do curso que escolheram na ESCS, destacam-se a vocação e gosto pelas matérias, as saídas profissionais e a sua componente prática (Gráfico 14).

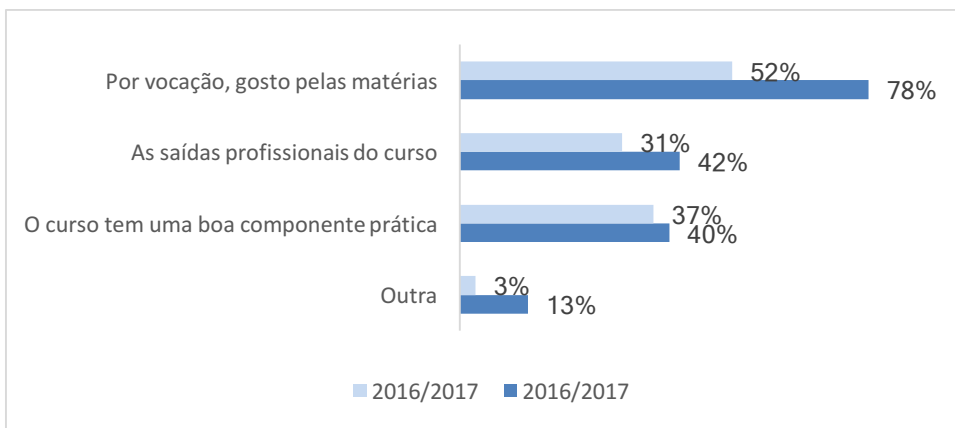


Gráfico 14 – Percentagem de fatores para a escolha do curso

Preferência entre os dois subsistemas de ensino: universitário e politécnico

De igual forma, à resposta dada pelos estudantes de licenciatura, também para os estudantes de mestrado, o facto da ESCS pertencer ao sub-sistema de Ensino Superior Politécnico não teve peso na escolha para 60% dos participantes no inquérito. 24% ponderaram os dois sub-sistemas, mas as diferenças não determinaram a escolha (Gráfico 15).

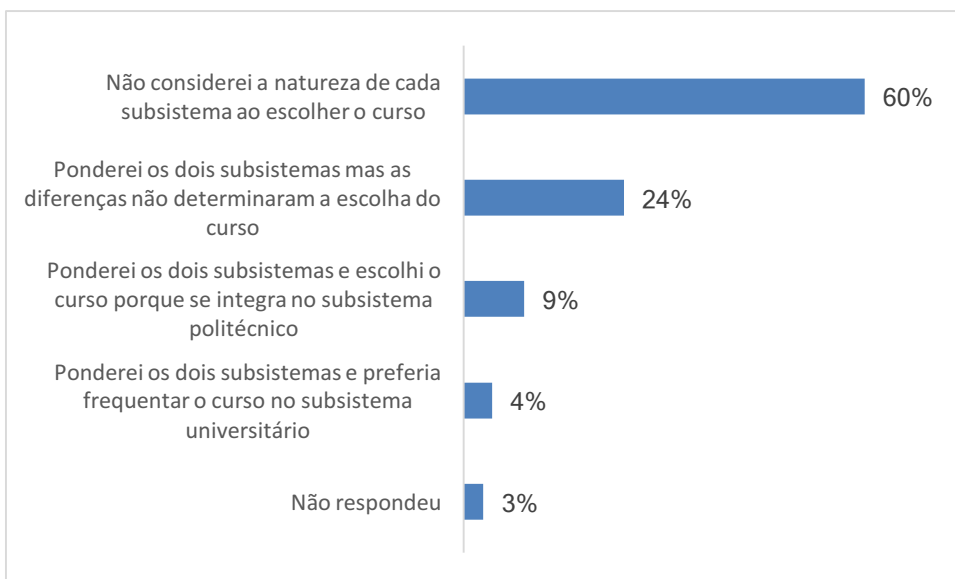


Gráfico 15 – Percentagem relativa à preferência entre os dois subsistemas: universitário e politécnico

Conhecimento da existência do curso

Os principais meios de conhecimento do curso mantêm-se ao longo do período analisado: continuando o *site* da ESCS com maior destaque e em segundo plano a opinião de amigos e familiares (Gráfico 16).

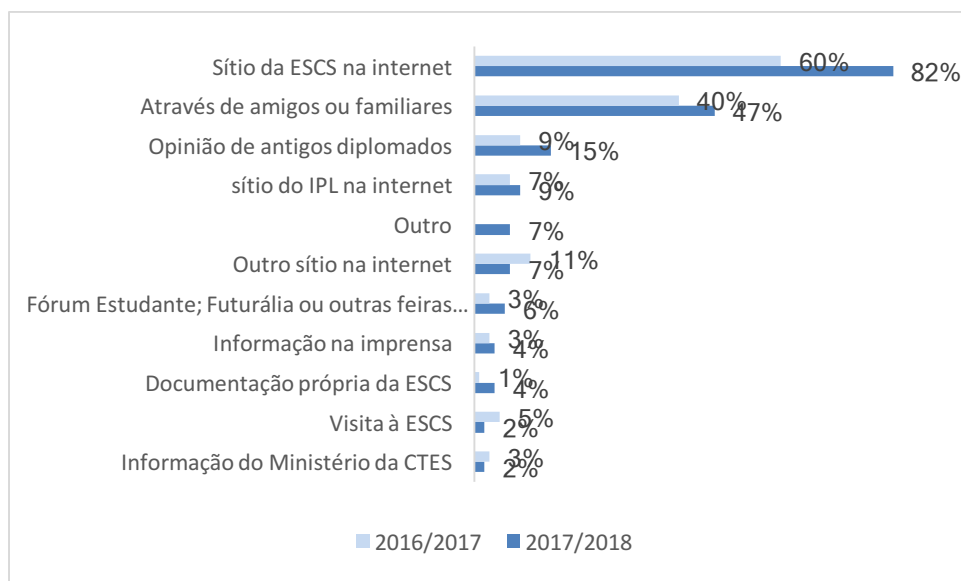


Gráfico 16 – Percentagem de fatores relativos à tomada de conhecimento sobre o curso

Motivos de escolha da ESCS

O prestígio da ESCS, a sua localização, o seu corpo docente, o valor das propinas e a possibilidade de poder estudar e trabalhar continuam a ser os fatores principais na escolha dos estudantes (Gráfico 17).

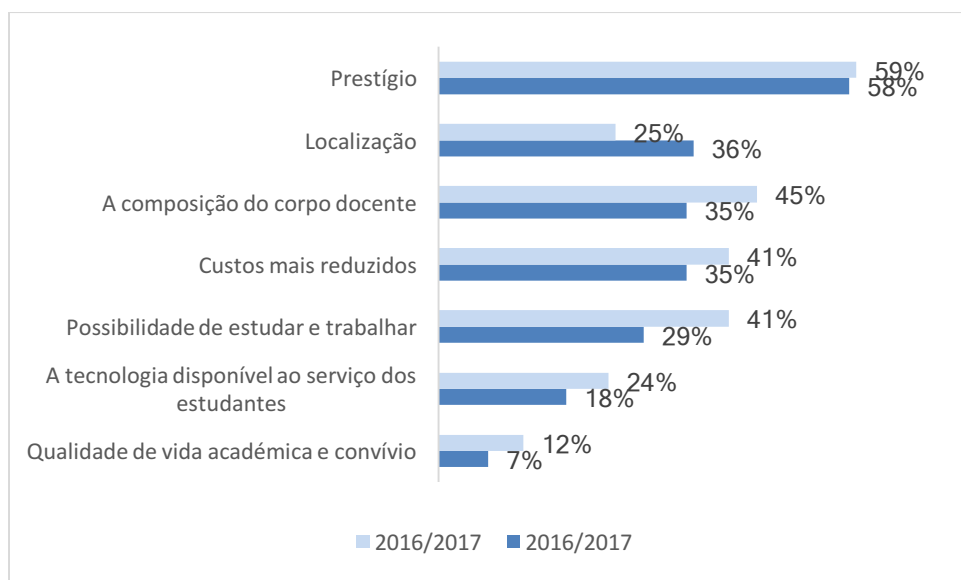


Gráfico 17 – Percentagem de fatores de escolha da ESCS

3.3.3. Inquérito aos novos estudantes de pós-graduação

Participaram no inquérito 21/44 (48%) novos estudantes de pós-graduação, sendo 4 deles de *Storytelling*, com a seguinte percentagem por curso (Tabela 40):

Tabela 40 – Taxa de resposta por curso

	BCM	<i>Storytelling</i>
%	53	33

Caracterização dos estudantes

Todos os estudantes da pós-graduação em *Storytelling* que responderam ao questionário são originários do distrito de Lisboa, tal como 71% dos estudantes de BCM. Neste último curso todos os estudantes não residentes no distrito de Lisboa estão deslocados da sua residência habitual enquanto frequentam a ESCS. 75% dos novos estudantes de *Storytelling* já possui uma atividade profissional, tal como 59% dos estudantes de BCM.

50% (2) dos novos estudantes de *Storytelling* são titulares de outro curso, enquanto 94% dos estudantes de BCM não tem outra formação além da licenciatura.

O curso escolhido pelos novos estudantes da ESCS constituiu a sua primeira escolha para 100% dos estudantes de BCM e 75% dos de *Storytelling*.

Relativamente às razões para continuar a estudar, os estudantes de pós-graduação da ESCS apontam aspectos relativos à intenção de adquirir novos conhecimentos e competências e o valor da formação ao longo da vida (Gráfico 18).

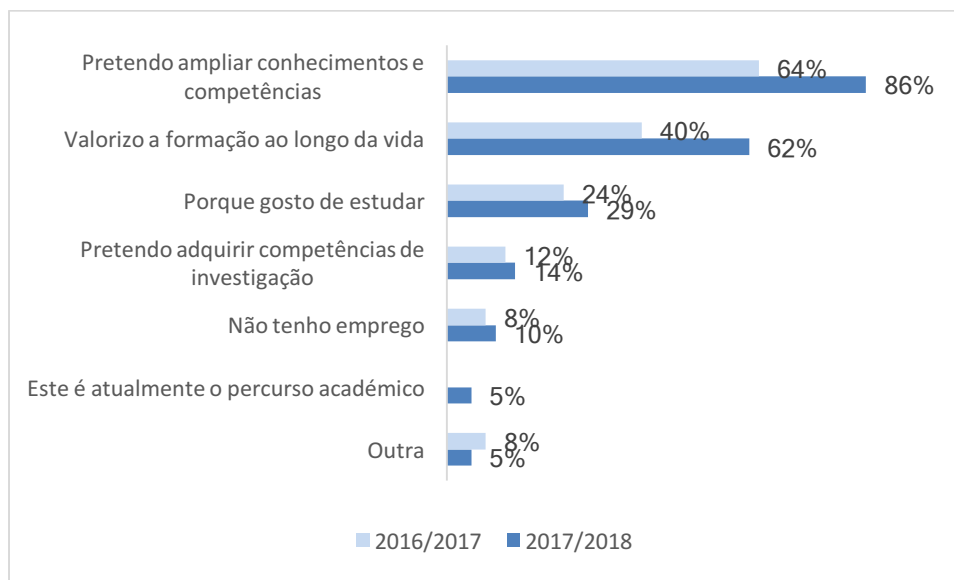


Gráfico 18 – Percentagem de fatores relevantes na realização da pós-graduação

Razões da escolha do curso

Nas razões para a realização do curso que escolheram, destacam-se a vocação e gosto pelas matérias, as saídas profissionais e a componente prática do curso (Gráfico 19).

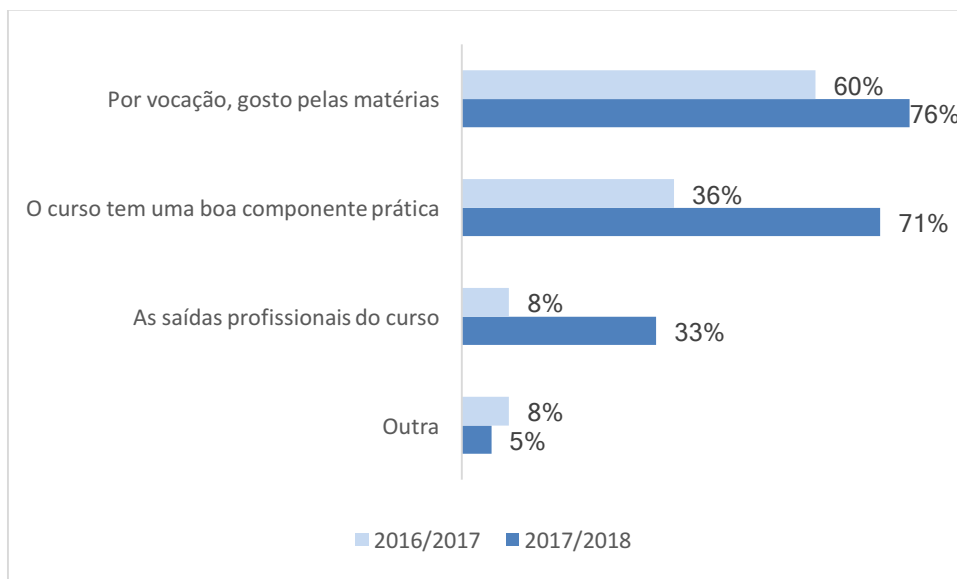


Gráfico 19 – Percentagem de fatores relativos à escolha do curso

Preferência pelos dois subsistemas de ensino: universitário e politécnico

Também para os estudantes de pós-graduação o facto da ESCS pertencer ao sub-sistema de Ensino Superior Politécnico não teve peso na escolha para 67% dos participantes no inquérito. 19% ponderaram os dois sub-sistemas, mas as diferenças não determinaram a escolha e nenhum estudante referiu que preferia realizar o curso no sub-sistema universitário (Gráfico 20).

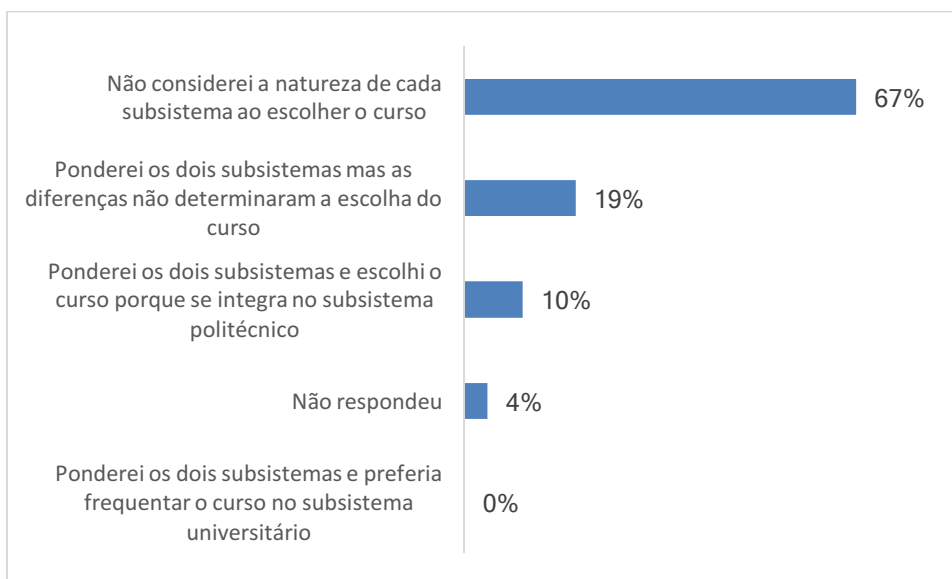


Gráfico 20 – Percentagem relativa à consideração dos dois subsistemas: universitário e politécnico

Conhecimento da existência do curso

Os principais meios de conhecimento do curso mantêm-se ao longo do período analisado: continuando o *site* da ESCS com maior destaque e em segundo plano a opinião de familiares e amigos, à semelhança dos estudantes dos mestrados (Gráfico 21).

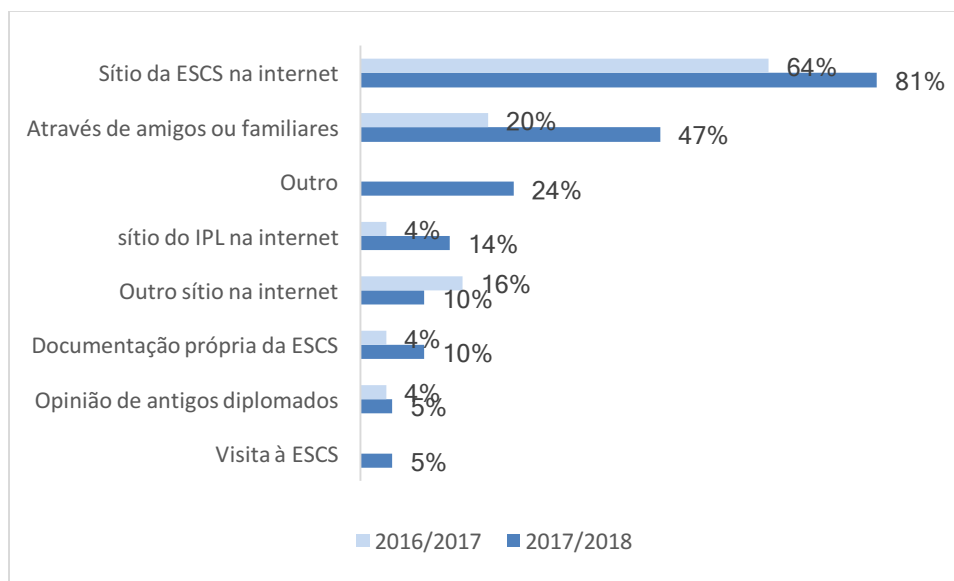


Gráfico 21 – Percentagem de fatores relevantes na tomada de conhecimento do curso

Motivos de escolha da ESCS

Relativamente à escolha da ESCS, a ordem dos fatores com maior peso não é a mesma que para os estudantes de mestrado, sendo o primeiro, a possibilidade de trabalhar e estudar (Gráfico 22).

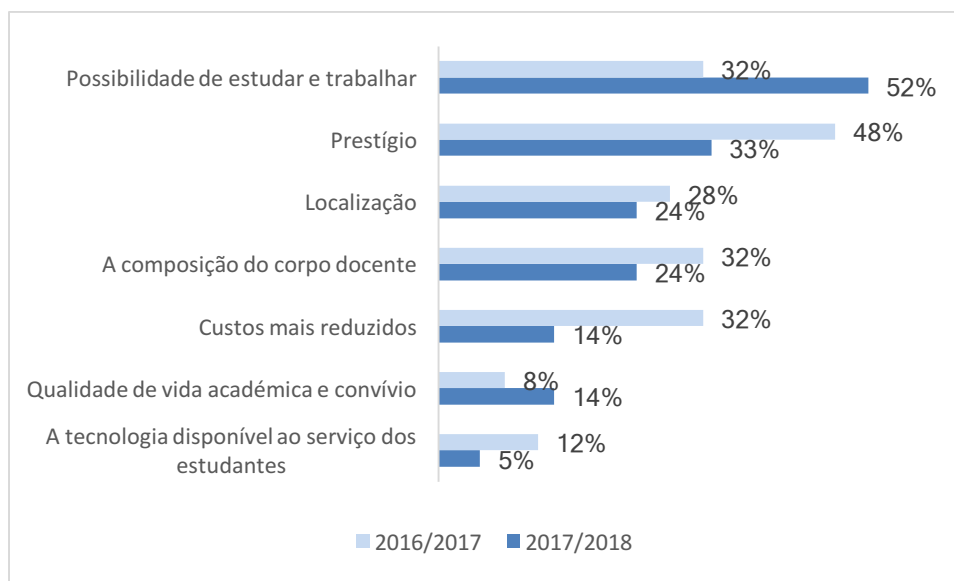


Gráfico 22 – Percentagem de fatores relevantes na escolha da ESCS

Avaliação dos novos estudantes relativamente ao processo de matrícula

Numa escala de 1 a 5, os estudantes da ESCS avaliaram de forma muito positiva o processo de matrícula nos Serviços Académicos (Tabela 41).

Tabela 41 – Médias da avaliação do processo de matrícula

	Licenciatura	Mestrado	Pós-graduação
Qualidade no atendimento	4,4	4,1	4,2
Qualidade da informação prestada	4,1	3,9	3,8
Rapidez no processo	3,9	4,0	4,1
Satisfação global com o processo	4,2	4,0	4,0

3.4. Diplomados

3.4.1. Inquérito aos diplomados das licenciaturas

Participaram no inquérito 313/863 (36%) diplomados em todas as licenciaturas da ESCS, que finalizaram o curso entre 2015 e 2017, com as seguintes participações por curso e ano de conclusão (Gráficos 23 e 24):

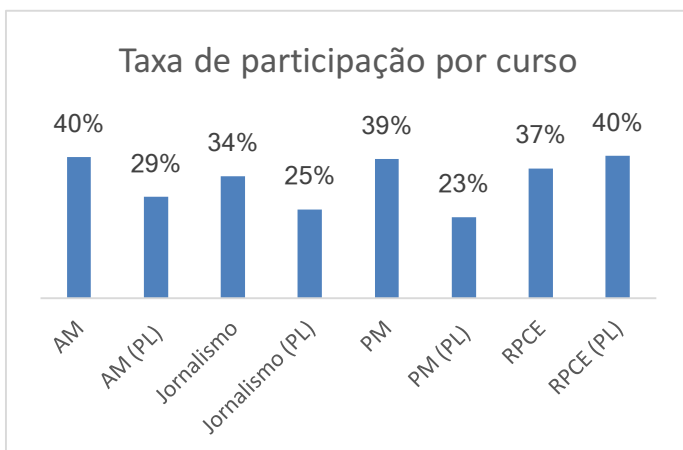


Gráfico 23 – Taxa de participação por curso

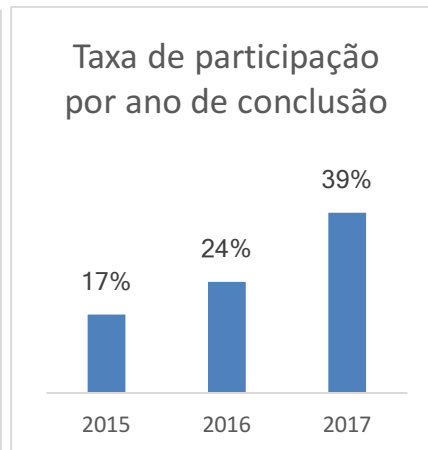


Gráfico 24 - Taxa de participação por ano de conclusão

Continuação da formação académica

Em termos globais cerca de metade dos licenciados da ESCS, no período considerado, não voltou a estudar. Esta percentagem é diversificada por curso, sendo os diplomados do curso de RPCE em regime pós-laboral aqueles que mais optaram por voltar a estudar (Tabela 42). Daqueles que voltaram a estudar, 15 continuaram na ESCS, em mestrado ou pós-graduação. 56 diplomados procuraram outras Instituições de ensino superior para prosseguir a sua formação. 30 diplomados procuraram outro tipo de formação, como especializações na sua área de formação ou cursos profissionais (Tabela 43).

Tabela 42 – Percentagem de respostas por curso

Continuação do estudo	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Atualmente estou a estudar	15.2%	50.0%	12.3%	0.0%	19.6%	28.0%	25.3%	12.5%	18.4%
Já frequentei outro curso, mas atualmente não estou a estudar	18.5%	50.0%	9.9%	0.0%	17.4%	8.0%	9.3%	8.3%	13.5%
Não continuei a estudar	50.0%	0.0%	51.9%	100.0%	45.7%	36.0%	42.7%	62.5%	47.7%

Tabela 43 – Número de respostas por curso

Curso	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Mestrado na ESCS	1	0	2	0	3	1	3	2	12
Mestrado noutra instituição	8	0	6	0	12	2	9	2	39

Pós-graduação na ESCS	0	0	0	0	3	0	0	0	3
Pós-graduação noutra instituição	4	0	3	0	3	3	4	0	17
Doutoramento	0	0	1	0	0	0	0	0	1
Outro	13	2	2	0	8	1	4	0	30

Situação profissional

54% dos licenciados que responderam ao questionário estão a trabalhar e quase 10% estão a realizar estágio (Tabela 44).

Tabela 44 – Percentagem de respostas por curso

Curso	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Estou a trabalhar	59%	100%	54%	0%	59%	56%	44%	46%	54%
Já estive a trabalhar, mas atualmente estou sem trabalho	5%	0%	6%	100%	9%	0%	7%	0%	6%
Desde que acabei o curso estou sem trabalho	8%	0%	4%	0%	2%	4%	1%	13%	4%
Estou a realizar estágio	7%	0%	7%	0%	11%	4%	15%	17%	10%
Estou noutra situação	5%	0%	3%	0%	2%	8%	11%	8%	5%

A maior parte dos licenciados que se encontra a trabalhar conseguiu-o através do envio do curriculum, por concurso público ou através de outras situações não especificadas. Ainda 29 dos licenciados inquiridos conseguiram o trabalho em sequência de estágio (Tabela 45). Grande parte dos diplomados começou a trabalhar menos de um ano após terminar a licenciatura e 32 antigos estudantes já trabalhavam enquanto estudavam (Tabela 46). Relativamente ao tipo de contrato de trabalho, os diplomados dividem-se sobretudo entre trabalhadores a contrato com e sem termo, embora ainda alguns refiram que trabalham como prestadores de serviços ou fazem trabalhos pontuais (Tabela 47). A grande maioria dos licenciados trabalha na área do curso que frequentou na ESCS ou em área próxima (Tabela 48). Relativamente aos diplomados em situação de estágio, a origem do mesmo é diversa, tendo 10 inquiridos referido que foi obtido através da ESCS (Tabela 49).

Tabela 45 – Número de respostas por curso

Trabalho	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Através de anúncio público	8	0	0	0	7	3	4	3	25
Através de envio de currículo	19	0	11	0	19	6	19	2	76

Através de professores	3	0	1	0	0	0	1	1	6
Sequência de estágio	7	0	4	0	10	0	7	1	29
Outra situação	13	2	11	0	12	2	5	6	51

Tabela 46 – Número de respostas por curso

Quando começou a trabalhar	AM	AM(PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM(PL)	RPCE	RPCE(PL)	Total
Já estava a trabalhar quando terminei o curso	8	0	0	0	10	4	5	5	32
Comecei a trabalhar menos de um ano depois de terminar o curso	39	2	0	1	35	4	28	8	117
Comecei a trabalhar menos de dois anos depois de terminar o curso	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Comecei a trabalhar mais de dois anos depois de terminar o curso	5	0	0	0	5	2	2	0	14

Tabela 47 – Número de respostas por curso

Tipo de contrato	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Contrato de prestação de serviços	7	0	0	0	5	1	5	1	19
Trabalhos pontuais e ocasionais	7	1	0	0	2	0	1	1	11
Contrato de trabalho com termo	17	0	0	0	23	5	19	3	67
Contrato de trabalho sem termo	20	1	0	0	18	4	10	7	61

Tabela 48 – Número de respostas por curso

Área de trabalho	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Trabalha na área do curso que concluiu na ESCS	34	0	0	0	27	3	19	5	89
Trabalha numa área próxima do curso que concluiu na ESCS	13	2	0	0	18	6	10	6	55
Trabalha numa área diferente do curso que concluiu na ESCS	0	0	0	0	0	0	0	0	0

Tabela 49 – Número de respostas por curso

Estágio	AM	AM (PL)	Jornalismo	Jornalismo (PL)	PM	PM (PL)	RPCE	RPCE (PL)	Total
Gabinete de estágios da ESCS	0	0	0	0	4	1	2	0	7
Outro contacto ligado à ESCS	0	0	0	0	1	0	1	1	3
Contacto não ligado à	2	0	1	0	2	0	1	0	6

ESCS									
------	--	--	--	--	--	--	--	--	--

Atividades extra-curriculares

Nas tabelas abaixo encontra-se a percentagem de participação dos diplomados nas diferentes atividades extra-curriculares enquanto frequentavam a licenciatura (Tabela 50) e o respetivo contributo que os ex-estudantes consideram para a formação profissional, avaliado numa escala de 5 pontos (Tabela 51).

Tabela 50 – Percentagem de participação nas atividades extra-curriculares

Atividades extra-curriculares	Participação (%)
Nenhuma	34
ESCS FM	17
E2	13
ESCS Magazine	15
NAV	9
Associação de Estudantes	7
Commie Awards	7
ESCS Tunis	7
Número F	7
Oitava Colina	4
Game	0
PRLAB	0

Tabela 51 – Média do contributo de cada atividade

Atividades extra-curriculares	Contributo médio
ESCS FM	4,1
E2	3,7
ESCS Magazine	3,6
NAV	3,3
Associação de Estudantes	4,0
Commie Awards	3,4
ESCS Tunis	3,8
Número F	2,4
Oitava Colina	2,7

3.4.2. Inquérito aos diplomados dos mestrados e pós-graduações

Participaram no inquérito 102/288 (35%) diplomados dos mestrados e pós-graduações da ESCS, que terminaram o curso entre 2015 e 2017, com a seguinte participação por curso e ano de conclusão. Nas Pós-Graduações em ICC e *Storytelling* as percentagens apresentadas correspondem a 3 diplomados (Gráficos 24 e 25).

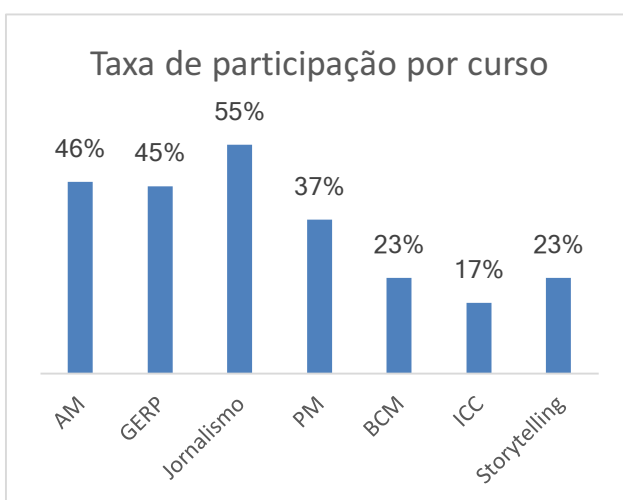


Gráfico 24 – Taxa de participação por curso

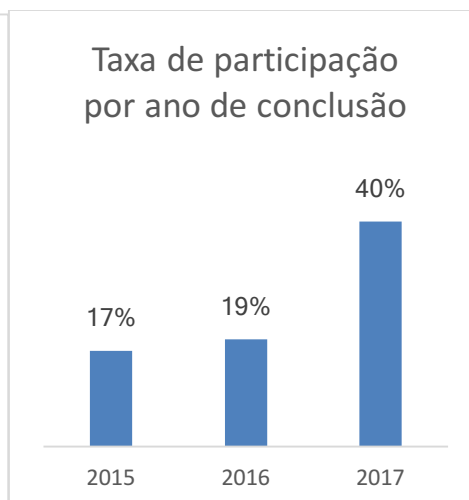


Gráfico 25 - Taxa de participação por ano de conclusão

Continuidade da formação académica

Só 15% dos diplomados voltaram a estudar depois de concluir a sua formação de mestrado ou pós-graduação na ESCS (Gráfico 26), verificando-se grande diversidade por curso entre aqueles que responderam. Os diplomados em ICC que voltaram a estudar são 2 dos 3 que responderam (Tabela 52).

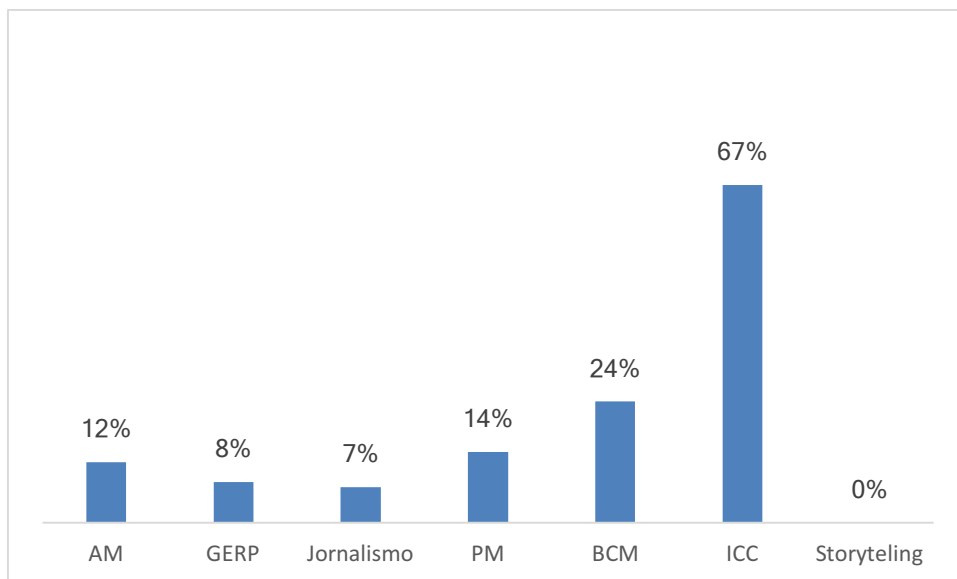


Gráfico 26 – Percentagem de estudantes que voltaram a estudar por curso

Tabela 52 – Número de respostas por curso

Curso	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	Storytelling	Total
Mestrado na ESCS			2	2	5	1		10
Mestrado noutra instituição				1		1		2
Pós-graduação na ESCS					1			1
Pós-graduação noutra instituição								0
Doutoramento			1		1			2
Outro	3	1						4

Situação profissional

61% dos diplomados estão a trabalhar (Tabela 53). A quase totalidade dos inquiridos já estava a trabalhar enquanto frequentava o curso ou arranhou emprego em menos de um ano após a sua conclusão (Tabela 54). Quase metade arranhou trabalho através do envio de curriculum ou de anúncio público (Tabela 55). Relativamente ao tipo de contrato, a maior percentagem tem contrato sem termo, seguido dos profissionais com contrato com termo (Tabela 55). Só 22% consideram que trabalham numa área diferente da sua formação na ESCS (Tabela 56).

Tabela 53 – Percentagem de respostas por curso

Curso	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	Storytelling	Total
Estou a trabalhar	53%	58%	79%	67%	41%	67%	100%	61%

Já estive a trabalhar, mas atualmente estou sem trabalho	6%	0%	7%	3%	6%	0%	0%	5%
Desde que acabei o curso estou sem trabalho	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	1%
Estou a realizar estágio	6%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	2%
Estou noutra situação	6%	8%	7%	8%	9%	0%	0%	8%

Tabela 54 – Percentagem de respostas por curso

Quando começou a trabalhar	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	<i>Storytelling</i>	Total
Já estava a trabalhar quando terminei o curso	41%	42%	29%	50%	29%	67%	67%	39%
Comecei a trabalhar menos de um ano depois de terminar o curso	18%	25%	46%	22%	12%	33%	33%	25%
Comecei a trabalhar menos de dois anos depois de terminar o curso	0%	0%	7%	0%	3%	0%	0%	2%
Comecei a trabalhar mais de dois anos depois de terminar o curso	0%	0%	0%	3%	0%	0%	0%	1%

Tabela 55 – Percentagem de respostas por curso

Trabalho	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	<i>Storytelling</i>	Total
Através de anúncio público	12%	33%	29%	22%	15%	33%	33%	21%
Através de envio de currículo	24%	8%	25%	22%	15%	33%	0%	20%
Através de professores	6%	0%	4%	3%	0%	0%	0%	2%
Sequência de estágio	0%	0%	11%	6%	9%	33%	0%	7%
Outra situação	18%	25%	7%	22%	12%	0%	67%	17%

Tabela 56 – Percentagem de respostas por curso

Tipo de contrato	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	<i>Storytelling</i>	Total
Contrato de prestação de serviços	12%	8%	7%	3%	12%	67%	0%	9%

Trabalhos pontuais e ocasionais	0%	0%	4%	0%	6%	33%	33%	4%
Contrato de trabalho com termo	24%	42%	39%	19%	15%	0%	0%	24%
Contrato de trabalho sem termo	18%	17%	29%	50%	15%	0%	67%	29%

Tabela 57 – Percentagem de respostas por curso

Área de trabalho	AM	GER P	Jornalismo	PM	BCM	ICC	Storytelling	Total
Trabalha na área do curso que concluiu na ESCS	24%	25%	43%	50%	15%	33%	33%	33%
Trabalha numa área próxima do curso que concluiu na ESCS	24%	25%	14%	17%	24%	33%	0%	20%
Trabalha numa área diferente do curso que concluiu na ESCS	12%	25%	32%	8%	12%	33%	67%	18%

Importância da formação na ESCS para a atividade profissional

Mais de 40% dos inquiridos considera que a formação que recebeu na ESCS não teve qualquer efeito na sua atividade profissional, percentagem que desceu 12 pontos percentuais relativamente ao ano anterior. A progressão na carreira foi a razão mais apontada por aqueles que consideram que a formação teve efeito na sua atividade profissional (Tabela 58).

Tabela 58 – Percentagem de respostas por curso

Curso	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	Storytelling	Total
Não teve qualquer efeito	29%	33%	46%	47%	35%	67%	67%	41%
Mudei de empresa/organização	12%	17%	0%	14%	6%	0%	0%	8%
Mudei de funções	6%	0%	4%	3%	3%	0%	0%	3%
Mudei de responsabilidades	6%	0%	11%	0%	0%	0%	0%	3%
Progridi na minha carreira	12%	0%	18%	14%	6%	0%	33%	11%
Outro	6%	25%	14%	6%	3%	33%	0%	9%
Não responde	29%	25%	7%	17%	47%	0%	0%	24%

Numa escala de 5 pontos, em termos globais, a avaliação que os diplomados fazem do contributo do curso para o seu progresso profissional é bastante diversificado por curso (Tabela 59).

Tabela 59 – Médias por curso

Curso	AM	GERP	Jornalismo	PM	BCM	ICC	<i>Storytelling</i>	Total
A minha inserção no mercado de trabalho	3,4	3,3	3,7	3,7	3,3	4,5	3,0	3,4
O desenvolvimento de uma nova atividade profissional	2,8	3,3	2,9	3,5	3,1	4,0	3,0	3,2
A progressão na atividade profissional que já exercia	2,6	3,2	2,9	2,9	2,9	2,0	2,3	2,9